

LEIDIANE RAMOS DE AZEVEDO

HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA LOCAL
A PARTIR DE HISTÓRIAS DE VIDA:
roteiro para sequência didática

XINGUARA - PA
2024



LEIDIANE RAMOS DE AZEVEDO

HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA LOCAL
A PARTIR DE HISTÓRIAS DE VIDA:
roteiro para sequência didática

XINGUARA – PA 2024.





Sumário

Apresentação	6
1. Aulas-Oficina	13
2. Roteiro para desenvolvimento das aulas-oficina.	27
Considerações	34
Referências	35
Textos de apoio	37

XINGUARA – PA 2024.

Apresentação

Em um contexto em que as práticas escolares já serviram ao propósito de “difundir uma moral específica, adequada às condições da colônia, de forma a justificar as práticas de guerras de extermínio de indígenas, da escravização de africanos e da controversa ‘escravização de índios’ (Bittencourt, 2018, p. 129), sobram desafios para desconstruir as ideias e preconceitos que povoam a imagem que o brasileiro geralmente detém sobre o passado e sobre os povos indígenas (Monteiro, 1999). Um dos desafios é a existência de um currículo previamente definido e que é sempre “produto de escolhas, visões, interpretações, concepções de alguém ou de algum grupo que, em determinados espaços e tempos, detém o poder de dizer e fazer” (Guimarães 2010, p. 16).

Se o poder de pensar ou “fazer o saber” é represado em mãos específicas, a narrativa que hierarquiza seguirá diminuindo e silenciando os diferentes, autorizado pela prática social da História, enquanto campo de pesquisa ou ensino. Eis o motivo pelo qual buscamos alternativas epistemológicas que acessem o conhecimento produzido pelos subalternizados. Não se trata de substituir a epistemologia europeia e sim incluir as vozes de outros sujeitos e seus saberes (Candau, Oliveira, 2010).

Em resposta à estas questões, pensou-se em oferecer um modelo de atividade que pudesse ser aproveitada por professores na Educação Básica. Decidimos, a partir dos dados acessados pela pesquisa “Protagonismo indígena e o ensino de história: Pensando a presença Mebengôkrê-Kayapó em Redenção-PA”, propor um roteiro para aulas de História que dê visibilidade à presença e a contribuição dos povos indígenas na História do Brasil, em especial, na região Sul do Pará.

Partindo do pressuposto que a visibilização e compreensão da agência indígena na história é fundamental para romper com parte das limitações ainda presentes no ensino da história indígena, argumenta-se, que a mobilização de trajetórias individuais de pessoas indígenas é uma estratégia produtiva pois permite extrapolar lugares comuns. Esse é o caso, por exemplo, da construção da imagem do “índio genérico”, esse personagem possuidor de uma cultura estática e homogênea é destituído de nome, de rosto e de lugar no tempo presente.

De maneira sucinta, pode se dizer que a intenção da pesquisa e do material produzido a partir dela é analisar e problematizar aspectos que perpassam o ensino de história indígena e, através da elaboração e execução de uma proposta de aulas de história e chamar a atenção dos estudantes para a presença e a agência dos povos indígenas na história. O cerne da proposição é trabalhar a história a partir da trajetória de vida de três indígenas Mebengokrê-Kayapó, pertencentes ao sub-grupo conhecido como Gorotire. São eles: Bep’kororoti Payakan (Paulinho Paiakan), Tuire Kayapó e Tabo “Pedro” Kayapó.

Entendendo que é importante encontrar ferramentas que aproximem os estudantes com a temática, optou-se pelo uso de biografias como recurso pedagógico. Acredita-se que esse recurso é pertinente por permitir humanizar, identificar e localizar os fatos e sujeitos históricos dentro do mesmo contexto geográfico e social dos discentes. Afinal, como orienta Barca (2008), a construção da aprendizagem deve se ancorar em arranjos que façam sentido.

É, portanto, uma proposta que busca oferecer aos estudantes uma alternativa às narrativas da história tradicional. A ideia da proposta era, portanto, tornar possível a





substituição da imagem do índio genérico, preso no passado, por rostos, histórias, ações e a humanidade dos povos indígenas sobre quem se estuda. Verena Alberti (2012, p. 71) nos ajuda a pensar sobre a importância desse exercício quando diz que “...bem sabemos que falar do ‘índio’ e do ‘negro’, ou do ‘africano’, é redutor e muitas vezes impede o reconhecimento de indígenas, negros e africanos como sujeitos e agentes da história”. Em busca dessa historicidade, nos debruçamos sobre as histórias de vida dos sujeitos selecionados. Os textos referentes à essas histórias estão contidos no segundo capítulo da dissertação de mestrado, a qual este material está integrado (p. 80 a 104).

Diante da necessidade de estabelecer um recorte, optou-se por preparar aulas dialogando com o conteúdo relacionado à Ditadura Militar. Houve, portanto, uma opção por abordar a temática a partir do que já era previsto no currículo. Acredita-se que isso é importante para mostrar aos estudantes que mesmo que os povos indígenas não sejam diretamente mencionados na maior parte dos conteúdos que abordam a história do país eles estavam presentes e atuantes nos diferentes períodos históricos. O conteúdo em questão foi escolhido também por permitir várias conexões com as trajetórias de vida de Bep’kororoti Paiakan, Tuíre Kayapó e Tabo Kayapó. As aulas foram pensadas ainda de modo a permitir que os estudantes percebessem a relação estreita entre a história indígena e a história regional, no Sul do Estado do Pará.

O formato escolhido para o trabalho foi de aula oficina. Sobre isso, Barca (2004, s.p.), defende que “neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação”.

Quando se propõe uma aula-oficina, estamos conscientes que os estudantes “se utilizariam de documentos para adquirir conhecimentos históricos sobre o contexto em que estes foram produzidos” (Bittencourt, 2004, p. 331) e são estes conhecimentos que vão somar na formação de sua consciência histórica. Assim, a partir da utilização de documentos em sala, crê-se que os estudantes são estimulados a pesquisar e, como resultado, produzir o conhecimento histórico: formular as próprias ideias sobre o passado, sua relação com o presente, pensar sobre os sujeitos envolvidos nos eventos e a maneira que esses eventos foram escritos/transmitidos

Além do cuidado para selecionar documentos adequados, as atividades também foram pensadas com vistas a contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem em história centrada nos conceitos chave elencados por Alberti (2012, p. 64): “cronologia, diversidade, mudança, continuidade, causa e consequência, relevância e interpretação”. O domínio de tais conceitos é essencial para conceber os debates que causam efervescência social, sobretudo, para quem está em uma região com a permanente deflagração de conflitos interétnicos, pela posse da terra etc.

Barca (2004, s.p.) ensina também que o ensino de história deve preparar a pessoa para atender pelo menos três pressupostos: interpretar fontes, compreender o tema de forma contextualizada e saber comunicar o que aprendeu. A interpretação de fontes é entendida, nesse contexto, como a capacidade de “ler’ fontes históricas diversas – com suportes diversos, com mensagens diversas; cruzar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade”. Dito isto, este foi o formato que se mostrou mais adequado aos intentos deste trabalho.

Com o objetivo de oferecer oportunidades para que os estudantes tomassem contato com documentos-fonte e, a partir deles, pensassem a história com autonomia, selecionamos, além dos textos com as três histórias de vida, reportagens, vídeos e fotos.



Essas fontes foram fundamentais para embasar as discussões acerca de temas como as consequências das políticas de desenvolvimento econômico na ditadura militar para a região Sul do Pará, a relação entre Movimento Indígena Brasileiro e a Constituição Federal de 1988, questões ambientais e conflitos por territórios, construção da imagem dos povos indígenas no imaginário social, dentre outros. Assim, além das trajetórias de vida, organizadas e escritas dentro do referido trabalho de pesquisa, os documentos selecionados e utilizados em sala foram:

MATERIAIS UTILIZADOS	OBJETIVO
<p>Capas das revistas Parade (12/04/1992) e VEJA (10/06/1992), estampadas em diferentes momentos com o rosto de Bep'kororoti "Paulinho" Paiakan. A primeira destaca sua atuação como ambientalista e a segunda, a acusação de estupro.</p>	<p>Os estudantes poderão questionar os dois retratos antagônicos sobre a mesma pessoa, refletindo sobre a difusão das imagens que povoam as representações sociais.</p>
<p>Reportagens dos jornais "A Província do Pará" e "O Liberal", que no ano de 1980, contam diferentes visões acerca de um conflito entre indígenas Mebêngôkre-Kayapó e funcionários da Fazenda Espadilha, no perímetro que atualmente pertence ao município de Cumaru do Norte - PA.</p>	<p>As reportagens apresentam versões diferentes do mesmo fato, permitindo construir o próprio entendimento e questionar a infalibilidade dos documentos-fonte.</p>
<p>Fotografia de Tuíre Kayapó no I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, em Altamira - PA, no ano de 1989, de autoria do fotógrafo Protasio Nenê.</p>	<p>A partir da fotografia, construir uma possível biografia da personagem central.</p>
<p>Fotografia de Bep'kororoti Paiakan no Congresso Nacional por ocasião das mobilizações pró - direitos indígenas na CF/88, de Beto Ricardo.</p>	<p>A partir da fotografia, construir uma possível biografia da personagem central.</p>



MATERIAIS UTILIZADOS	OBJETIVO
Fotografia de Tabo Kayapó durante o Seminário Intercultural: Diálogos construtivos dos Povos Originários no âmbito da Proteção Social no SUAS, na Secretaria Municipal de Educação de Redenção, 2023. Registro próprio.	A partir da fotografia, construir uma possível biografia da personagem central.
Vídeo disponível no Youtube – PAIAKAN – trecho do documentário sobre a Ocupação da SESAI, em 2019. Link: https://youtu.be/mWx18KACXP4?si=zMLGgorTaHQZQoPP	Compreender como Bep'kororoti pensava a mobilização dos povos indígenas em prol de seus direitos.
Vídeo disponível no Youtube – INSTITUCIONAIS – DIREITOS INDÍGENAS NA CONSTITUINTE. Link: https://youtu.be/L42V7OA2dOU?si=FRpBY5eAXQC5uVnL	Identificar a agência do Movimento Indígena nas mobilizações pró-direitos indígenas na CF/88, especialmente os Mebêngôkre-Kayapó.
Vídeo disponível no Youtube - TUÍRA KAYAPÓ RESPONDE AO DEPUTADO JOSÉ MEDEIROS (PODE-MT) – Link: https://www.youtube.com/watch?v=ktf8XwdEKck	Observar o discurso de Tuíre Kayapó; detectar e refletir sobre a capacidade de agência indígena.
Vídeo disponível no Youtube - SONIA GUAJAJARA FALA SOBRE A AÇÃO DE DESINTRUSÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO PARÁ. Link: https://www.youtube.com/watch?v=N2-_VMd7N_A	Conhecer a Ação de desintrusão realizada em terras indígenas no Sul do Pará. Refletir sobre o direito de usufruto de territórios tradicionais.
Vídeo disponível no Youtube - CRESCE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, APONTA RELATÓRIO DE 2022. Link: https://www.youtube.com/watch?v=jeVfDRynyNk .	Conhecer dados sobre a violência sofrida pelos povos originários no Brasil. Refletir sobre Direitos Humanos.



MATERIAIS UTILIZADOS	OBJETIVO
Livro didático de História – Conteúdo sobre Ditadura militar.	Verificar como os povos indígenas são retratados neste período da História do Brasil. Questionar se são mencionados e de qual maneira isso acontece.
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	Conhecer a legislação básica quanto aos direitos dos povos indígenas. Identificar o resultado das reivindicações do Movimento Indígena
História de Vida de Bep’Kororoti Paiakan. Paiakan: Tradutor de dois mundos. (p. 80 a 89)	Refletir sobre as imagens comuns aos povos indígenas. Construir relações entre a ação dos povos indígenas e a história regional e nacional. Visibilizar a agência indígena
História de Vida de Tuíre Kayapó. Tuíre: Uma guerreira Kayapó. (p. 90 a 96)	Refletir sobre as imagens comuns aos povos indígenas. Construir relações entre a ação dos povos indígenas e a história regional e nacional. Visibilizar a agência indígena
História de Vida de Tabo Kayapó. Tabo Kayapó: o vínculo de um povo com seu lugar. (p. 96 a 104)	Refletir sobre as imagens comuns aos povos indígenas. Construir relações entre a ação dos povos indígenas e a história regional e nacional. Visibilizar a agência indígena

Quadro 5 - Especificação dos materiais utilizados nas oficinas



Assim como deve ser feito com qualquer documento, o objetivo é que os estudantes questionem, indaguem e explorem de maneira crítica cada um dos materiais apresentados. Por isso, foram escolhidos pontos de vista diferentes sobre os mesmos temas, para provocar ponderações sobre a origem dos documentos e suas intencionalidades. O intento também foi observar “se os alunos conseguem compará-las e/ou diferenciá-las, lidando com conceitos e procedimentos próprios da natureza do conhecimento histórico” (Junior; Ramos, 2021, p.102).

1.

Sequência Didática para
desenvolvimento das Aulas-Oficina

*Ditadura Militar na Amazônia:
O uso de trajetórias de vida de sujeitos
Mebêngôkre-Kayapó no Ensino de
História Indígena*





Componente Curricular:

História

Público Alvo:

Estudantes da 3ª série do Ensino Médio, turnos tarde e noite da EEEM Maria Benta Oliveira de Sousa – Redenção/PA

Competências e Habilidades a Serem Desenvolvidas:

Competências específicas 1, 2, 3 da BNCC para ao ensino médio e suas respectivas habilidades.

Pressupostos:

1 - Um projeto epistemológico fundado na ideia de decolonialidade que, sinteticamente, pode ser apresentada como uma construção alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas. (Candau; Oliveira, 2010)

2 - O acesso e a disseminação de múltiplas histórias: “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas, também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2009).

3 - Uma proposta de aula tipo oficina que tem por lógica de funcionamento: o estudante como agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas, o professor como investigador social e organizador de atividades problematizadoras deve aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos. (Barca, 2004)

Tempo Necessário:

Serão necessários, no mínimo, 190 minutos para o desenvolvimento das 03 oficinas.



Oficina I



PRESENÇA INDÍGENA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR: Impactos da Política Desenvolvimentista na Amazônia

Métodos e recursos didáticos:

Diálogo, exposição oral, quadro branco, pincel, datashow e livro didático.

Conteúdos previstos:

Acontecimentos políticos, econômicos e culturais do Brasil entre 1964 e 1988/Governos Militares, com ênfase na Amazônia; aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da história do Brasil contemporâneo/redemocratização; políticas referentes à promoção dos Direitos Humanos Indígenas.

Objetivos:

- Identificar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito da história dos povos indígenas no Brasil;
- Conhecer suas posições quanto à questão indígena na história e na atualidade;
- Problematizar/Refletir as ideias estereotipadas acerca dos povos indígenas construídas historicamente no Brasil e na região de Redenção/PA;
- Introduzir a discussão a respeito das políticas de integração e desenvolvimento nacional instituído pelos Governos Militares a partir da década de 1960, com ênfase na região amazônica.



Introdução (20 min):

De início, serão feitas algumas provocações com o intuito de ouvir os estudantes (Pretende-se formar uma “nuvem de palavras”, anotando as respostas no quadro ou anotando em uma projeção com auxílio de datashow, de forma que as respostas estejam à vista no desenrolar das atividades.):

- 1 - Qual a primeira palavra ou imagem vem à sua mente quando ouve falar em “povos indígenas”?
- 2 - De onde vem as informações que você tem acesso sobre a questão indígena? Você sabe quem escreveu sobre a história dos povos indígenas, ao longo do tempo?
- 3 - Quais as influências na vida de um grupo social daquilo que se escreve sobre ele?
- 4 - Você ouviu notícias recentemente sobre a Tese do Marco Temporal? Sabe do que se trata? (Espera-se que a discussão fomentada pelas respostas, sejam capazes de clarificar, minimamente, a temática, se preciso, trazer um breve contexto quanto à CF).

Construindo uma relação entre a história dos povos indígenas no Brasil e os direitos conquistados por eles na Constituição de 1988, o professor deve realizar uma problematização das ideias identificadas, provocando reflexões sobre a origem de imagens estereotipadas, racistas ou excludentes acerca dos povos indígenas, mencionando os contextos em que a história do Brasil disseminou ou reforçou tais imagens, principalmente sobre as políticas integracionistas, com destaque para o foco empregado durante os governos militares de avanço sobre os territórios indígenas, inclusive, na região Sul do Pará. Essas temáticas serão alvo de discussões das atividades durante as oficinas.



Desenvolvimento (25 min):

- Será realizada exposição oral contextualizando o estabelecimento do governo ditatorial em 1964, seus equipamentos de repressão/tortura e os programas desenvolvimentistas que, dentre outras características, incluíam grandes projetos de “integração nacional”. Ao mesmo tempo em que os conteúdos serão explanados, também poderão ser acompanhados no livro didático utilizado na escola, onde ao final, os estudantes serão solicitados a identificar no conteúdo referente à temática da Ditadura militar: qual a forma que a história indígena é retratada?
- Com a continuidade do espaço para diálogo com os estudantes, será discutida a completa ausência de menção aos povos indígenas no referido período, apesar de toda a implicação que sofreram. A título de exemplo será mencionada a construção da Rodovia Transamazônica e projetos de Usinas Hidrelétricas (Tucuruí e Belo Monte), cujas extensões invadiam territórios indígenas e tocaram vidas como as que serão estudadas em seguida.
- Tanto para a exposição como para a discussão serão utilizadas imagens e historiografia do livro Brasil: uma biografia (Schwarcz e Starling, 2015) e o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) organizadas em slides projetadas por datashow.

Conclusão (5 min):

Ao findar o primeiro momento de oficina, será oportunizado novo espaço para que os estudantes façam ponderações, tragam dúvidas ou comentários pertinentes aos conteúdos já abordados, além de apresentada a temática da próxima oficina e agradecimentos.



Oficina 2



A AGÊNCIA DE SUJEITOS MEBÊNGÓKRE-KAYAPÓ NA HISTÓRIA DO SUL DO PARÁ

Métodos e recursos didáticos:

Diálogo, exposição oral, seminários, discussão em grupo, roda de conversa, quadro branco, pincel, datashow, smartphome (pessoal), cópias de reportagens em jornais e revistas, trajetórias de vida, vídeos disponíveis no Youtube.

Conteúdos Previstos:

Acontecimentos políticos, econômicos e culturais do Brasil entre 1964 e 1988/ Governos Militares, principalmente na Amazônia; Aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da história do Brasil contemporâneo/Redemocratização; Políticas referentes à promoção dos Direitos Humanos Indígenas.

Objetivos:

- Promover a discussão sobre as políticas integracionistas e de povoamento para a Amazônia executadas pelos Governos Militares;
- Refletir sobre os impactos de tais políticas junto aos povos indígenas da região, incluindo a História Local;
- Conhecer sobre a mobilização e articulação do Movimento Indígena em defesa dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente.



Introdução (15 min):

- De maneira introdutória, serão apresentadas fotografias de (1) Paulinho Paiakan durante mobilização em Brasília referente à constituição Federal; (2) Tuíre Kayapó durante o Encontro de Altamira, (3) Tabô Kayapó em um evento da FUNAI em Redenção e solicitado que os estudantes construam oralmente uma narrativa sobre quem é a pessoa e qual o contexto das fotografias, individualmente. (Novamente, as respostas serão anotadas no quadro para que fiquem visíveis durante o desenrolar da oficina)

- A partir das construções obtidas serão retomadas as reflexões quanto ao imaginário que se formou em relação aos povos indígenas, deslocando a ênfase para Redenção e entorno, os estereótipos e preconceitos que permeiam as imagens atribuídas aos povos indígenas, enfatizando o lugar de protagonismo que os diversos povos indígenas ocupam na história da região Sul do Pará, sua agência em busca da garantia de direitos, destacando a presença dos Mebengokre-Kayapó em diferentes momentos de cobrança de seus direitos, no passado e no presente. Importante ter em mente que nesse momento o objetivo será tão somente, resgatar as reflexões e trazer para aspectos mais regionais, não se pretende adotar uma postura de apontar o que é certo/errado nas colocações feitas pelos participantes.

Desenvolvimento (60 min):

1ª Parte (35 min)

Para realização do trabalho em grupos, os estudantes serão divididos em três grupos de aproximadamente 10 pessoas e cada grupo deverá receber diferentes materiais para usar como fonte na construção do saber histórico:



Grupo 1



BEP'KOROROTI PAIAKAN (Paulinho Paiakan)

MATERIAIS DOCUMENTOS

- Texto referente à história de vida de Bep'kororoti Paiakan
- Fotos e reportagens sobre diferentes momentos de sua vida que se tornaram públicos (capas de revista: ambientalista x acusação de estupro)
- Vídeos: Paiakan (fala durante a ocupação SESAI e Institucionais - Direitos indígenas na Constituinte - YouTube)
- Papel madeira e pincel, para o caso de desejarem organizar algum recurso visual para a apresentação
- Constituição Federal

Roteiro de perguntas norteadoras

- Destaque os aspectos da trajetória analisada que mais chamaram a atenção do grupo e contextualize com o momento histórico que está sendo contemplado nas aulas.
- Comente sobre a atuação de Paulinho Paiakan no contexto da Ditadura Militar. O que você considera mais significativo?
- Identifique nos materiais analisados elementos que nos permitam compreender como se deu a participação do Movimento Indígena nas discussões da CF/88? Como Paulinho Paiakan se insere na atuação desse movimento?
- Quais as principais conquistas das mobilizações do movimento indígena, no texto final da CF/88?



Grupo 2



TUIRE KAYAPÓ

MATERIAIS DOCUMENTOS

- Texto referente à história de vida de Tuíre Kayapó
- Fotos e reportagens sobre o encontro de I Encontro das Nações Indígenas em Altamira de 1989
- Vídeo de Tuíre respondendo ao deputado José Medeiros
- Papel madeira e pincel, para o caso de desejarem organizar algum recurso visual para a apresentação
- Constituição Federal

Roteiro de perguntas norteadoras

- Destaque os aspectos da trajetória analisada que mais chamaram a atenção do grupo e contextualize com o momento histórico que está sendo contemplado nas aulas.
- Relacione as políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia com a questão ambiental no período discutido nas aulas e mencionado na trajetória de vida de Tuíre.
- O que a trajetória de Tuíre ensina sobre a capacidade dos povos indígenas de lutarem em defesa de seus interesses? O que pode ser considerado mais significativo?
- Analise o resultado do Encontro de Altamira e qual impacto da participação de Tuíre.



Grupo 3



TABO KAYAPÓ

MATERIAIS DOCUMENTOS

- Texto referente à história de vida de Tabo Kayapó
- Reportagens sobre o confronto da Espadilha (diferentes versões)
- Papel madeira e pincel, para o caso de desejarem organizar algum recurso visual para a apresentação
- Constituição Federal

Roteiro de perguntas norteadoras

- Destaque os aspectos da trajetória analisada que mais chamaram a atenção do grupo e contextualize com o momento histórico que está sendo contemplado nas aulas.
- Comente o que o grupo entendeu sobre a demarcação de terras indígenas?
- De que forma Tabo Kayapó se insere na história da demarcação da TI Las Casas?
- O que a trajetória de Tabo nos ajuda a entender sobre a história indígena atual nesta região e no Brasil?
- Identifique na história de Tabo Kayapó alguns desafios existentes na relação interétnica e contextualize com as vivências pessoais dos integrantes do grupo. Já tiveram conhecimento de algo parecido ou outros tipos de conflitos?



Instruções Gerais:

Os estudantes serão orientados a providenciar em conjunto uma síntese dos materiais disponíveis, apresentando ao final o que mais lhes chamou a atenção na trajetória do sujeito Mebêngôkre-Kayapó, sem deixar de se atentar para os aspectos apontados pelas perguntas norteadoras. Sendo possível, se necessário, se subdividir para que cada subgrupo se detenha na análise de um dos materiais oferecidos como fonte, destinando 20 minutos para essa parte da atividade, deixando os 15 minutos restantes para organizarem a apresentação.

Parte 2 (30 min):

Depois de discutirem internamente, os grupos deverão estar prontos para socializar os resultados das investigações. Serão destinados 10 minutos para cada grupo. Espera-se que os estudantes tragam suas constatações, problematizações e construções a respeito dos conteúdos em debate, da questão dos povos indígenas e do sujeito de quem se analisou a trajetória.

Conclusão (10 min):

Iniciando a partir dos prováveis contrastes entre as ideias iniciais oferecidas como biografia na atividade introdutória e a versão real das histórias de vida, o professor buscará fazer um apanhado de possíveis temas que não tenham sido contemplados nas apresentações dos estudantes, sendo essencial mencionar: as experiências de Tabo Kayapó e Paulinho Paiakan, como funcionários da FUNAI, trabalhando no contato com povos cujos territórios foram atingidos pela abertura da rodovia Transamazônica e na luta pela demarcação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas, a participação deles e de Tuíre em diversas manifestações e reivindicações em prol dos direitos dos povos indígenas, das mulheres e da população pobre e do meio ambiente de forma geral. Assim como, uma breve exposição sobre o movimento indígena durante a constituinte e os direitos conquistados em 1988, trazendo a mudança de perspectiva representada pela Constituição.



Oficina 3



RELATOS E IMPRESSÕES DOS ESTUDANTES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO NAS AULAS-OFFICINAS

Métodos e recursos didáticos:

Diálogo, exposição oral, trajetórias de vida, vídeos disponíveis no Youtube.

Conteúdos Previstos:

Acontecimentos políticos, econômicos e culturais do Brasil entre 1964 e 1988/ Governos Militares, principalmente na Amazônia; Aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da história do Brasil contemporâneo/Redemocratização; Políticas referentes à promoção dos Direitos Humanos Indígenas.

Objetivos:

- Promover uma Roda de Conversa sobre a situação atual dos povos indígenas no Brasil e a relação estabelecida entre a sociedade não indígena e os Mebêngokrê-Kayapó, em Redenção – PA.
- Colher as impressões dos estudantes sobre as temáticas desenvolvidas durante as oficinas.
- Oportunizar a discussão sobre a situação atual dos povos indígenas no Brasil, tanto no aspecto da manutenção dos direitos já conquistados, como na convivência interétnica.



Introdução (10 min):

- Inicialmente será apresentado um vídeo que mostra dados do Relatório Violência contra os Povos Indígenas em 2022, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (https://www.youtube.com/watch?v=N2-_VMd7N_A) e reportagem sobre as ações de desintrusão na TI Apyterewa, em 2023 (<https://www.youtube.com/watch?v=jeVfDRynyNk>).

Desenvolvimento (25 min):

- Ato contínuo, organizados em círculo, cada aluno terá a oportunidade, caso queira, de expressar seu posicionamento, expor eventuais dúvidas, compartilhar experiências com a turma, mediados pela professora que, ao final oferecerá um fechamento contemplando as questões que surgirem na fala dos participantes da Roda de Conversa. O diálogo será incentivado a acontecer de forma espontânea. Inicialmente será proposta uma rodada de fala sem provocação; a continuidade do diálogo poderá ser decorrente das questões que emergirem no próprio grupo ou mediante um comando específico para gerar nova rodada de fala, por exemplo: O que mais chamou sua atenção entre os temas abordados nas aulas-oficina? Como espaço de escuta, as colocações dos estudantes devem ser a tônica desse momento.

Conclusão (15 min):

- Ato contínuo, organizados em círculo, cada aluno terá a oportunidade, caso queira, de expressar seu posicionamento, expor eventuais dúvidas, compartilhar experiências com a turma, mediados pela professora que, ao final oferecerá um fechamento contemplando as questões que surgirem na fala dos participantes da Roda de Conversa. O diálogo será incentivado a acontecer de forma espontânea. Inicialmente será proposta uma rodada de fala sem provocação; a continuidade do diálogo poderá ser decorrente das questões que emergirem no próprio grupo ou mediante um comando específico para gerar nova rodada de fala, por exemplo: O que mais chamou sua atenção entre os temas abordados nas aulas-oficina? Como espaço de escuta, as colocações dos estudantes devem ser a tônica desse momento.



2.

Roteiro para desenvolvimento das aulas-oficina.



Passando a apresentar de maneira mais detalhada as atividades que foram planejadas com base na experiência desenvolvida, recomenda-se que sejam feitas adaptações à realidade de cada turma/escola, sendo imprescindível ponderar o tempo necessário para cada atividade, atentando para a quantidade de participantes. As oficinas estão organizadas de forma sequencial e como já mencionado, contemplam o conteúdo de Ditadura Militar, conforme consta na sequência didática que compõe esta proposição. A sugestão de duração seria em torno de 50 minutos para a primeira oficina, 90 minutos para a oficina dois e 50 minutos para a última.

A oficina 01 tem a pretensão de entender o que os estudantes já conhecem e como se posicionam acerca da história dos povos indígenas no Brasil (Barca, 2008). A ideia é fomentar problematizações de tais posições na óptica do que será discutido ao longo das oficinas, com foco na reflexão acerca dos estereótipos comumente identificados no imaginário social brasileiro. Por fim, deve ser apresentada breve contextualização sobre as políticas desenvolvimentistas do período militar, enfatizando a região da Amazônia.

COMO ATIVIDADE INICIAL, OS ESTUDANTES DEVEM SER INSTADOS A VERBALIZAR AS RESPOSTAS DE ALGUMAS INDAGAÇÕES:

- a) O que lhes vem à mente quando se fala em povos indígenas ou “índios”?
- b) De onde obtém informações acerca deste tema,
- c) Você sabe quem escreveu sobre a história dos povos indígenas, ao longo do tempo?
- d) Quais as influências na vida de um grupo social daquilo que se escreve sobre eles?
- e) O que você sabe sobre a Tese do Marco Temporal?

Espera-se neste momento que aflorem as ideias que os estudantes trazem dos anos de escolarização e do meio social que estão inseridos, inclusive, detalhes acerca do contato estabelecido na cidade ou região que vivem e assim seja estabelecido um diálogo sobre as representações dos povos indígenas no imaginário social e o papel da História Indígena neste processo. Pois, conforme Guimarães, (2010, p.31) “a consciência histórica do aluno começa a ser formada antes mesmo do processo de escolarização e se prolonga no decorrer da vida, fora da escola, em diferentes espaços educativos, por diferentes meios”.

¹ Marco Temporal, conforme a definição encontrada no Portal da Câmara dos Deputados, é uma tese jurídica, segundo a qual, os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 05/10/1988, data de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. Os povos indígenas, através de suas manifestações, discordam, pois entendem que alguns territórios não estavam sendo ocupados em razão de terem sido expulsos. A tese foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal em 21/09/2023, mas, segue em evidência por discussões estabelecidas no âmbito do poder legislativo.



Compreender as fontes até então acessadas pelos estudantes é importante para orientar as atividades seguintes em que eles farão análise das fontes selecionadas e poderão estabelecer comparação com o que conhecem (Barca, 2004) ao mesmo tempo que abrirá margem para problematizar as consequências de ter sua história contada na visão de terceiros, em se tratando dos povos indígenas no Brasil. Por último, a questão do marco temporal traz uma discussão que remonta aos direitos dos povos indígenas estabelecidos na Constituição Federal de 1988, da disputa pela posse de terras e pode ser a ponte para uma breve explanação dialogada acerca da história dos povos indígenas no Brasil e a mobilização política para a conquista dos direitos consolidados na CF/88, que será aprofundada na discussão das trajetórias.

No que diz respeito ao diálogo com o conteúdo básico, pensou-se que já na explanação inicial, é possível dar ênfase para as políticas de expansão dos governos militares e a consequente ocupação de terras indígenas para exploração econômica que também será apreciado na discussão das histórias de vida. De forma sintética, se apresenta como o Brasil se insere no contexto mundial de Guerra Fria, o golpe cívico-militar instalado em 1964 e o aparato repressivo que utilizava violência no controle das liberdades civis e políticas.

Nesta contextualização, também serão deslindados alguns pontos da política econômica desenvolvida no período como a realização de grandes projetos de infraestrutura em regiões afastadas do centro-sul, sob a justificativa de integrar/aproximar a nação e ocupar supostos lugares vazios, que seria o caso da Amazonia. Destacando a fala do presidente Castelo Branco: “Integrar para não entregar” e o slogan do Plano de Integração Nacional – PIN do governo Médici: “terras sem homens para homens sem-terra”, a intenção é provocar questionamentos sobre a invisibilização dos povos indígenas. Este apagamento, impede que os estudantes estabeleçam a relação passado-presente, ignorando estes sujeitos na atualidade e suas contribuições para a história sejam desconhecidas pela maioria da sociedade (Munduruku, 2019) e deve ser alvo de reflexão com os estudantes.

Nesta atividade, será utilizado também o livro didático disponibilizado na escola. Nele, os estudantes poderão observar e problematizar como a situação dos povos indígenas naquele período está retratada, uma vez que as políticas implementadas tiveram intensa implicação para essa população, por exemplo, os empreendimentos como hidrelétricas e estradas que expulsaram e exterminaram muitos grupos indígenas (Relatório da CNV, 2013).

A partir daí, propomos um aprofundamento sobre a política indigenista destes governos, adotada com um viés de incorporação dos povos indígenas à cultura brasileira e de liberação do espaço ocupado de forma tradicional para dar lugar aos projetos já mencionados. Neste ponto, a região Sul do Pará será incluída na discussão, compreendendo que as iniciativas de ocupação da Amazônia têm relação direta com a história da região e da cidade de Redenção. Obras de mobilidade como a Rodovia Transamazônica, de geração de energia, como a Hidrelétrica de Tucuruí e de desenvolvimento da agropecuária, como os que foram executados pela SUDAM, exemplificam ações implementadas no âmbito da política econômica dos governos militares que impactaram intensamente os povos indígenas da região, mesmo que eles não estejam presentes no livro didático. Os desdobramentos destes projetos devem ser repercutidos nas atividades da segunda oficina, a partir das trajetórias de vida.

A 2ª oficina, com duração de 90 minutos, é o principal momento para oportunizar aos estudantes que manejem as trajetórias de vida e os demais documentos para elaborar



reflexões acerca da história da região, de questões como as políticas integracionistas promovidas pelos governos militares na Amazônia, os impactos para os povos indígenas da região e o meio ambiente e no processo de povoamento/urbanização.

Pode ser dividida em três momentos. Primeiro, apresenta-se fotos de Bep'kororoti Paiakan, Tuíre Kayapó e Tabo Kayapó e, mais uma vez, coleta-se as ideias iniciais dos estudantes, que poderão construir, oralmente, uma biografia para aqueles sujeitos, atribuindo as características que eles consideram apropriada para a figura apresentada, como uma profissão ou características de personalidade. De Bep'kororoti será apresentada uma foto no Congresso Nacional, durante as mobilizações para a Assembleia Constituinte;

² A Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede em Belém (PA). Em seu site, apresenta como objetivos: levar desenvolvimento incluyente e sustentável para os mais de 23 milhões de habitantes da Amazônia Legal, buscando oferecer igualdade de oportunidades e autonomia para a população por meio do planejamento, articulação e fomento de políticas públicas alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/ministro>, acesso em 13/02/2024.

³ Essa atividade foi adaptada do Caderno de Atividades sobre Biografia e o ensino das relações étnico raciais, integrante da dissertação *As muitas vidas de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais*. (Azeredo, 2018)



Figura 19 - Bep'kororoti "Paulinho Paiakan" durante mobilização pelos direitos indígenas na constituinte de 1988. Foto: Beto Ricardo. Fonte: Acervo digital do ISA

De Tuíre, a emblemática foto encostando o facão no rosto do presidente da Eletrobrás durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em Altamira, em 1989.



Figura 20 - Tuíre Kayapó durante o I Encontro das Nações Indígenas, em Altamira - PA, 1989. Protásio Nenê. Fonte: Acervo digital do ISA



Por fim, de Tabo Kayapó, será apresentada uma imagem captada durante um evento de formação realizado na secretaria de educação de Redenção, em que ele participava como servidor da FUNAI.

¹Figura 21 - Tabo Kayapó durante Seminário Intercultural: Diálogos construtivos dos Povos Originários no âmbito da Proteção Social no SUAS, em Redenção - PA, 2023. Fonte: Registro próprio



Depois que for oportunizada a manifestação de todos, serão retomadas algumas reflexões propostas no início da oficina 01, preferencialmente, quanto às generalizações (“índios” são todos iguais”), a ideia de culturas estáticas, presas ao passado (a figura do indígena como foi tipificado no período colonial) e sobre as relações estabelecidas no contato da sociedade não-indígenas com os povos indígenas (especialmente em Redenção e região). No segundo momento, recomenda-se dividir os estudantes em três grupos, de maneira que cada um ficaria responsável por analisar a trajetória de um dos sujeitos e preparar uma apresentação para o restante da turma compartilhando os pontos que mais despertaram interesse. Para cada grupo foram preparados materiais específicos que complementam as informações sobre a pessoa de quem se conta a trajetória de vida e também serão apresentadas questões norteadoras, conforme especificado a seguir (as referências de cada documento foram apresentadas acima, na lista dos materiais selecionados):

Acerca das atividades aqui propostas, o objetivo é estimular os estudantes a lerem as fontes oferecidas (trajetórias de vida, vídeos, reportagens, legislação etc.) e a partir delas fazerem inferências para compreensão de elementos do passado e sua relação com o presente nos contextos mencionados nos materiais, bem como, alicerçar discussões provocadas nas atividades do início das duas oficinas quanto às imagens que carregamos sobre os povos indígenas e comunicar as conclusões com os colegas.

Esta é a principal atividade dentro do conjunto proposto na sequência didática e permite conhecer o tipo de pensamento histórico que seria desenvolvido pelos participantes e nesse ponto, a utilização de histórias de vida é sensivelmente importante. Como assinalamos, essa escolha não foi aleatória, ao contrário, a expectativa era que pudessem visualizar nos exemplos dos sujeitos analisados a sua capacidade de agência, a visibilidade que alcançaram, até mesmo internacionalmente, os resultados decorrentes



de suas atuações políticas no Brasil e na região e também, as várias facetas que podem assumir de acordo com os contextos que estão inseridos no tempo presente, dentre outras observações possíveis.

Por último, como conclusão da atividade, o professor poderá, se entender pertinente, tecer comentários para complementar os objetivos da oficina. Iniciando a partir dos prováveis contrastes entre as ideias iniciais oferecidas como biografia na atividade introdutória e a versão apresentada nas histórias de vida. O professor buscará fazer um apanhado de possíveis temas que não tenham sido contemplados nas apresentações dos estudantes, sendo essencial mencionar: as experiências de Tabo Kayapó e Paulinho Paiakan, como funcionários da FUNAI durante o período da Ditadura Militar, trabalhando no contato com povos que tiveram seus territórios atingidos pela abertura da rodovia Transamazônica e na luta pela demarcação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas, a participação deles e de Tuíre em diversas manifestações e reivindicações em prol dos direitos dos povos indígenas, das mulheres, da população pobre e do meio ambiente de forma geral. Assim como, uma breve exposição sobre o movimento indígena durante a constituinte e os direitos conquistados em 1988, trazendo a mudança de perspectiva representada pela Constituição em comparação à política indigenista dos Governos Militares.

A oficina número 03 foi pensada, principalmente, para ouvir considerações e conclusões alcançadas pelos estudantes pelo trabalho desenvolvido e debater as questões atuais referente às temáticas abordadas, retomando, sempre que possível, a comparação com as ideias iniciais identificadas. O formato pensado para este momento é uma roda de conversa, dispostos em círculo espera-se a participação do máximo de pessoas. Para fomentar o debate serão exibidas duas reportagens sobre a violência contra os povos indígenas e conflitos em disputa por terras indígenas já demarcadas. Espera-se que os próprios estudantes sejam capazes de oferecer reflexões e críticas que formem uma construção de conhecimento coletivo e compartilhado entre professor e a turma.



Considerações:

Finalmente, consideramos que o contato com as histórias de vida proposto nestas oficinas pode colaborar diretamente para a ampliação dos conhecimentos dos estudantes acerca dos povos indígenas no passado recente e na atualidade. É produtivo também no sentido da construção de uma percepção sobre a multiplicidade de papéis desempenhados pelos diversos sujeitos indígenas em inúmeras conjunturas e a influência dessas ações para o curso da história. Contribuindo, portanto, na compreensão de que os indígenas foram e são sujeitos da história do Brasil e da região Sul do Pará, agindo efetivamente para influir no curso dos acontecimentos.

Logo, é uma alternativa para romper com a lógica de passividade dos povos indígenas na história, os estudantes poderão pensar os conteúdos da história do Brasil e a história regional, a partir da perspectiva de pessoas Mebêngôkre-Kayapó. A agência destes sujeitos no curso da história e as suas próprias existências poderá provocar uma transformação no olhar dos estudantes, que, porventura, não tenham tido acesso a uma formação que os aproximasse da realidade dos povos indígenas no passado e no presente e reproduzam o imaginário social, sem compreender as bases históricas sob as quais as construções mentais estão estabelecidas.

Este roteiro é parte integrante da dissertação de mestrado *Protagonismo indígena e o ensino de história: pensando a presença Mebêngôkre-Kayapó em Redenção-PA*, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ensino de História - ProfHistória da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito para obtenção do título de mestre em ensino de História sob orientação da Prof.^a Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo.



Referências

dos Materiais de Aula:

- ADICHIE, Chimamanda. O perigo da história única. São Paulo, Cia das Letras: 2009.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Violações de direitos humanos dos povos indígenas / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.197 a 256.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>, acesso em 23/02/2023.
- CANDAU, V.M.F; OLIVEIRA, L.F. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. Educação em Revista. Belo Horizonte. V. 26. N.01. p.15-40. Abr/2010.
- CANAL GOV. Sonia Guajajara fala sobre a ação de desintrusão de terras indígenas no Pará. 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jeVfDRynyNk>.
- COTRIM,G. Governos Militares in História Global, 3º ano. 2016, p. 237 a 254
- Fotografia de Tuíre Kayapó no I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, em Altamira – PA (1989). Protasio Nenê. Fonte: Acervo digital do ISA.
- Fotografia de Bep'kororoti Paiakan no Congresso Nacional por ocasião das mobilizações pró – direitos indígenas na CF/88. Beto Ricardo. Fonte: Acervo digital do ISA.
- Fotografia de Tabo Kayapó durante o Seminário Intercultural: Diálogos construtivos dos Povos Originários no âmbito da Proteção Social no SUAS, realizada no auditório da Secretaria Municipal de Educação de Redenção, 2023. Registro próprio.
- Jornalismo TV Cultura. Cresce violência contra os povos indígenas no Brasil, aponta relatório de 2022.2023. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=N2-VMd7N_A.
- Reportagem do jornal A província do Pará, 03/09/1980, disponível no acervo do Instituto SocioAmbiental – ISA: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/18276_2011014_143953.pdf, acesso em 24/08/2023.
- Reportagem do Jornal Liberal, 03/09/1980, disponível no acervo digital do Instituto SocioAmbiental – ISA: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_



noticia/18282_20110114_163917.pdf, acesso em 24/08/2023.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Vídeo disponível no Youtube – PAIAKAN – trecho do documentário sobre a Ocupação da SESAI, em 2019. Link: <https://youtu.be/mWx18KACXP4?si=zMLGgorTaHQZQoPP>

Vídeo disponível no Youtube – INSTITUCIONAIS – DIREITOS INDÍGENAS NA CONSTITUINTE. Link: <https://youtu.be/L42V7OA2dOU?si=FRpBY5eAXQC5uVnL>.

Vídeo disponível no Youtube - TUÍRA KAYAPÓ RESPONDE AO DEPUTADO JOSÉ MEDEIROS (PODE-MT) – Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ktf8XwdEKck>.

Vídeo disponível no Youtube - SONIA GUAJAJARA FALA SOBRE A AÇÃO DE DESINTRUSÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO PARÁ. Link: https://www.youtube.com/watch?v=N2-_VMd7N_A.

Vídeo disponível no Youtube - CRESCE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, APONTA RELATÓRIO DE 2022. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=jeVfDRynyNk>.



TEXTOS DE APOIO

HISTÓRIAS DE VIDA DE SUJEITOS MEBÊNGÓKRE-KAYAPÓ



Payakan:

Tradutor de Dois Mundos

Nascido quando o seu povo ainda não contava os dias, Bep’Kororoti (figura 10) foi registrado com a data de 19/04/1953, simbolicamente, no dia dos povos indígenas. O nome que evoca a um ser dotado de poder, na cultura Mebêngôkre-Kayapó (dono dos raios da tempestade). Bep’Kororoti viveu até 17/06/2020, tendo a sua identidade indígena em constante questionamento, a medida que ampliava o convívio com o mundo não indígena, onde ficou conhecido como Paulinho Paiakan, a partir da junção de seu nome não indígena com um apelido de infância (paiakan é o nome de um pássaro).



Figura 9 – Bep’kororoti Paiakan no Acampamento Terra Livre de 2017. Foto: Midia Ninja

Cresceu vendo seu pai Xikiri, liderar os Kuben-Kran-ken, grupo dissidente dos Gorotire, e, junto com ele e outros líderes, fundou a aldeia A-Ukre. Casou-se com Irekran, com quem teve três filhas. Foi servidor público, encabeçou lutas em defesa do meio ambiente e dos direitos do povo Mebengokre-Kayapó, alcançou fama e notoriedade ao redor do mundo. Também sofreu com o desprestígio externo ao ser denunciado por estupro em 1992, mas manteve entre os parentes, seu prestígio e o papel de importante liderança. Preparou as filhas, que hoje continuam seu trabalho em

4 Esse é o título da reportagem publicado no site do Instituto Socioambiental – ISA em 18/06/2020, disponível em <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu-blog-do-ppds/paiakan-tradutor-de-mundos>.



defesa dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente e viveu seus últimos anos na pequena aldeia Krenhyedjá na T.I. Kayapó. Faleceu em Redenção em junho de 2020, vítima de Covid-19. Sua trajetória foi marcada pelo ativismo na causa indígena e pela atuação como mediador entre os interesses dos seus pares e o mundo não indígena. Janet Chernela, professora e pesquisadora em Antropologia na Universidade de Maryland, escrevendo por ocasião de sua morte em 2020, descreve Paulinho Paiakan como um observador participante. De acordo com ela, ele: “desenvolveu uma compreensão impressionante dos ocidentais e dos funcionamentos das sociedades ocidentais. Como resultado, ele era um orador convincente, competente na troca de código de um idioma para outro e capaz de alcançar uma ampla variedade de audiências” (Chernela, 2020). É sobre a trajetória de Bep’Kororoti, o Paulinho Paiakan, que pretendemos nos dedicar a conhecer um pouco mais a partir deste momento.

Ainda bastante jovem, Paulinho Paiakan teria aprendido português com missionários do MICEB e do SIL, que frequentavam as áreas indígenas. Além de noções básicas de enfermagem e mecânica, também se comunicava em inglês. Essa fluência seria para ele um diferencial, inclusive em sua primeira incursão pelo mundo externo à aldeia. Na oportunidade, atuou como intérprete da FUNAI junto às frentes de atração de povos indígenas ainda não contatados e que tinham seus territórios onde se estabeleceu o traçado da Rodovia Transamazônica, entre os anos de 1969 a 1974. Este momento em particular é sensível para a região amazônica, pois como vimos, ela se tornou alvo de uma intensa política de povoamento, com várias faces de atuação do regime militar, que avançavam violentamente sobre áreas ocupadas por diversos povos indígenas, tratados como sinal de atraso e entrave para o desenvolvimento do país.

Paiakan colaborou com Rubens Valente, sendo entrevistado para o livro *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura* (2017). No livro conta que a equipe do sertanista Antonio Cotrim Soares, chefe da expedição de contato com os Assurini, em região próxima à Altamira – PA, presenciou a morte de indígenas provocada por epidemias levadas justamente pelas frentes de contato. Ele próprio chegou a adoecer de malária enquanto estava junto aos parentes. Cotrim teria desabafado para Paulinho sobre a revolta pelo descaso dos superiores com a condição dos indígenas, que ele constantemente relatava. Teria sido ignorado até anunciar que abandonaria a expedição (Valente, 2017).

Em entrevista concedida para a *Revista Brasil Indígena* (2006), Paiakan confirma que era seu desejo saber mais sobre o mundo. Ao acompanhar a forma como os povos indígenas eram tratados pela imensa massa de “homem-formiga” na construção da estrada, se preocupou com a sua própria aldeia e como os brancos estavam tomando conta da terra. Disse se ressentir de ter participado da abertura da rodovia da maneira que aconteceu, alegando que ainda era ingênuo e não compreendia que não era uma coisa boa. Nesse sentido explicou:

5 A pesquisadora conheceu pessoalmente Paiakan, esteve com ele na T.I. Kayapó e escreveu sobre a morte de Bep’kororoti, originariamente em inglês, disponível em <https://www.salsa-tipiti.org/covid-19/remembering-paulinho-bepkororoti-paiakan-6-19-20/>. O texto foi traduzido no Brasil por Carmem Filgueiras e publicado em 24/06/2020 no site Salsa, podendo ser acessado em <https://api.saudeindigena.ictt.fiocruz.br/api/core/bitstreams/d021bc13-7604-46e8-adbb-eb84bd707511/content>.

6 MICEB - Missão Cristã Evangélica do Brasil, instituição que trouxe missionários estrangeiros para o contato proselitista com povos indígenas e SIL - Summer Institute of Linguistics, organização cristã que objetiva estudar e documentar línguas menos conhecidas para traduzir a Bíblia Sagrada.



“Se tivesse sido hoje, teria pedido para o Governo verificar primeiro se tinha tribos indígenas naquela área, para a estrada não cortar a aldeia ao meio. Muitos índios morreram. Eu entendi o que nós, indígenas, nunca tínhamos imaginado: que um dia iria se aproximar esse desmatamento, essa poluição. Nunca tinha imaginado que a Transamazônica é um caminho para entrar muita gente para ocupar as áreas [indígenas]” (Paiakan, p. 5, 2006).

Findado o trabalho em tais expedições, retornou para a Aldeia Gorotire, cumpriu as tradições de seu povo, exercendo as funções condizentes com sua faixa etária. Foi quando surgiu a oportunidade de fazer um treinamento linguístico em um seminário criado por missionários. Foi a partir dessa iniciativa que ele teria escrito e publicado um texto na língua Mebengokre-Kayapo, intitulado *A Transamazônica*, resultado do Primeiro Seminário de Literatura Indígena, patrocinado pela FUNAI e pelo SIL. No texto, conta na língua nativa a sua experiência na Transamazônica.

Ainda que não detivesse o posto de liderança tradicional dentro das aldeias, a proximidade e a frenética negociação com o mundo não indígena criou a demanda por lideranças com traquejo para transitar entre os dois mundos e intermediar essas negociações. Ao tratar dos Xikrin do Cateté, Gordon (2006), observa que, como em outras comunidades da região, surgem cargos de “auxiliares” que passam a ser ocupados por “jovens aspirantes a liderança. Esses jovens possuíam conhecimentos valiosos para as negociações com o kube, no novo contexto regional” (Gordon, 2006, p. 168). Paulinho Paiakan apresentava esse perfil com excelência, pois, além do conhecimento da cultura não-indígena, era carismático, bom orador e estrategista. Isso ficou demonstrado, dentre outras ocasiões, no episódio da tomada do Garimpo Maria Bonita em 1985, quando liderou a expulsão dos milhares de garimpeiros com um efetivo de 100 ou 200 homens fazendo parecer que eram muito mais.

Apesar de hoje se ter a consciência dos danos da atividade mineradora para as pessoas, rios e solo ao seu redor, também é necessário ponderar com o próprio Paiakan acerca de como se estabeleceram os projetos de exploração em terras indígenas. Em entrevista para o antropólogo Cassio Inglez de Sousa (2000), ele argumenta que o próprio governo ajudou a instalar o garimpo, incentivou que eles aceitassem, promoveu o acesso às “coisas de kuben”, criando uma necessidade, que ele considera justa. Ao antropólogo, Paiakan indaga qual o problema do “índio” usar o sapato para proteger o pé na mata, ou o avião para garantir o acesso à saúde? Problematiza então, que depois de estabelecidos novos hábitos, o próprio governo desautorizou o garimpo sem garantir alternativas de sobrevivência para os moradores das aldeias.

Pioneiro do Movimento Indígena que reuniu lideranças de vários povos do Brasil, a partir da década 1970. Bep’Kororoti “Paulinho” Paiakan, atuou incisivamente durante as discussões da Assembleia Constituinte (figura 10), que em seu texto final assegurou direitos essenciais como à educação e saúde diferenciadas e o usufruto exclusivo dos territórios tradicionais. Uma comitiva de parlamentares constituintes foi até a Aldeia Gorotire para conhecer a realidade e ouvir as demandas da população. Além de participar das reuniões, acompanhar e atuar como intérprete para outras lideranças, Paiakan também garantiu o registro das articulações do Movimento Indígena, em sua própria câmera de vídeo, que ele mesmo operava.



Figura 10 - Paiakan discursa durante vigília no congresso nacional reivindicando os direitos dos povos indígenas no texto final da constituição. Foto: Beto Ricardo (1988)

A atuação do Movimento Indígena neste momento da história do Brasil representou uma guinada na forma que a população indígena era tratada pelo Estado brasileiro. Pois, o resultado da mobilização e a pressão durante a elaboração do documento constitucional, assegurou que o texto contemplasse o direito a diferença e manutenção do modo de vida e cultura. Rompia-se juridicamente, portanto, a lógica integracionista que até então orientava a política indigenista brasileira. A Constituição Federal de 1988 aboliu ainda a necessidade de tutela estatal, através do órgão indigenista, permitindo que representem pessoalmente seus interesses, como todo cidadão brasileiro.

No final da década de 1980, o nome de Paiakan desponta internacionalmente na defesa do meio ambiente. Nesse período, participou de simpósios e seminários sobre ecologia em vários lugares do planeta, apresentando a situação do povo Mebengokre-Kayapó, da Floresta Amazônica e explicando o modo tradicional de manejo da floresta. Também promoveu protestos contra obras com potencial destrutivo para os territórios ocupados pela população indígena. Em 1988, junto com Kube-í Kayapó e o antropólogo e biólogo Darrel Posey, depois de participarem do Wise Management of Tropical Forests, organizado na Florida International University e pela Florida Rainforest Alliance, tiveram acesso a representantes de ONG's que os convidaram a se reunir com gestores do Banco Mundial, do Senado e do Tesouro Americano em Washington (EUA), dentre outros organismos. Nessa ocasião denunciaram o fato de que uma usina estava sendo

7 O vídeo INSTITUCIONAIS – DIREITOS INDÍGENAS NA CONSTITUINTE., disponível no link: <https://youtu.be/L42V7OA2dOU?si=FRpBY5eAXQC5uVnL> trata desse momento da história.

8 Ver https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/3026/1/CP6_12620.pdf, acesso em 20/08/2023 e entrevista de Paulinho Paiakan em https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/66525/BR_DFANBSB_AA3_PSS_o542.pdf?sequence=1&isAllowed=y



construída sem conhecimento e escuta dos povos que por ela seriam atingidos. Essa reunião resultou na suspensão, por tempo indefinido, do financiamento da obra da hidrelétrica até então chamada de Kararaô, no Rio Xingu. Por esse episódio, chegaram a ser processados pelo governo brasileiro, com base na Lei dos Estrangeiros, com alegação de interferência em assuntos de interesse nacional. Uma vitória sem precedentes, pois, uma comunidade marginalizada interviu no desenrolar de fatos envolvendo interesses de gigantes, em escala global.

Em fevereiro de 1989, mais uma demonstração da capacidade de Paiakan e dos Mebengokre-Kayapo de se articularem entre si, bem como com outras etnias e parceiros indigenistas e/ou ambientalistas. Nesse ano aconteceu o I Encontro das Nações Indígenas do Xingu (figura 11), em Altamira-PA, local onde futuramente seria construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O evento atraiu enorme atenção da imprensa nacional e internacional e parte do mérito se deveu à campanha empreendida por Paulinho Paiakan no ano anterior, ocasião em que ele visitou vários países em busca de apoio para a realização desse evento no sudoeste paraense. Os olhos do mundo se voltaram para o Brasil e para as reivindicações dos povos indígenas da região, que pressionavam organismos internacionais para interromper o financiamento da obra, que ameaçava o modo de vida e o espaço ocupado por diversas etnias.



Figura 11 - Paiakan no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, 1989.
Foto: Ze Carlos. Fonte: Acervo do ISA.

Outro resultado do Encontro foi a parceria entre as aldeias lideradas por Paiakan com a dona da empresa britânica The Body Shop, Anita Rodick, que esteve presente em Altamira. Ela fez doações em nome da empresa para ONG's brasileiras que financiaram o ato e ao retornar para a Inglaterra criou uma fundação para arrecadar fundos e custear ações com apelo ambiental, fomentando o comércio sustentável com comunidades tradicionais. De início, já foram providenciados um avião monomotor e financiada uma unidade de produção de óleo de castanha, que seria comprado diretamente pela empresa da Aldeia A-ukre, de Paulinho Paiakan. Esse consórcio entre a imagem da empresa e dos Mebengokre-Kayapó rendeu uma campanha de marketing ambientalmente correto, que impulsionou a The Body Shop® no mercado e fez crescer seus lucros acostada à



visibilidade que os povos da floresta já detinham quando firmaram a parceria. Terence Turner (1995), citado por Oliveira (2010), critica a parceria por considerar que “não passa de um jogo de relações públicas que promove a imagem da The Body Shop®, enquanto oferece pouco em troca aos índios”. Para Turner, a empresa não remunerava devidamente os parceiros pelo uso de sua imagem, que alavancou a marca. Além disso, para o autor, o negócio manteria as comunidades dependentes, uma vez que, produzem apenas um produto e contam com um único comprador (Oliveira, 2010). Sousa (2000), concorda que foi a imagem dos indígenas quem trouxe visibilidade para a empresa e não o contrário. Em livro, Anita Roddick declarou, anos depois, que ficou decepcionada com o projeto, pois, a iniciativa não impediu que os Mebengokre-Kayapo continuassem em contato com garimpeiros e madeireiros. Por sua vez, a empresa é acusada de não ter cumprido com as promessas de comprar toda a produção do óleo de castanha e pagar devidamente pelo uso da imagem das pessoas e da etnia. O contrato foi interrompido.

A exposição defendendo a temática ambiental fez de Paulinho Paiakan uma personalidade condecorada. Em 1990, a Organização das Nações Unidas conferiu-lhe o prêmio “Global 500” e em 1991 recebeu um prêmio pela Fundação Bruno Kielski, da Áustria. Em 23 de outubro de 1990, foi nomeado assessor do presidente da FUNAI. Dificilmente, outra figura pública desta região teria tanta notoriedade, no final do século XX. Arrisco a dizer que nenhuma outra, conquistou feitos semelhantes até o momento.

O depoimento de Felipe Milanez sobre Paiakan, para a revista Carta Capital (2020), relembra que ele condenava absolutamente a prática ilegal de garimpo e de extração madeireira, se opondo a parentes em razão dessas divergências de posicionamento. Como era de se esperar, ele nunca foi uma unanimidade e, portanto, foi alvo de críticas na imprensa, por exemplo, ao usar de bens como automóveis e avião particular, considerados privilégios incompatíveis com a sua identidade indígena. Sem dúvidas, a passagem mais polêmica de sua trajetória foi a acusação de que juntamente com sua esposa, Irekran, teriam cometido estupro e agressão contra uma mulher, em uma chácara localizada nas proximidades de Redenção.

A cobertura midiática da denúncia, publicada no Jornal Liberal de Belém, do dia 05 de junho de 1992, ganhou grande repercussão no Brasil e no exterior. É relevante considerar alguns pontos dentro do contexto daquele momento. A denúncia aconteceu exatamente no período que era preparada a participação destacada de Paulinho Paiakan na ECO-92 e na Rio-92. Eventos que contaram com a participação de 179 países. Esse era também um momento em que o movimento indígena lutava para consolidar os direitos adquiridos na Constituição Federal de 1988 (inclusive estava em andamento a demarcação da TI Mekragnoti, território Mebêngôkre contestado pelo governo do Estado do Pará). Portanto, a denúncia tinha poder para influenciar em muitas outras questões.

Logo depois do início dos eventos mencionados, no Rio de Janeiro, ecoou no restante do país, uma reportagem de capa na revista *Veja* (figura 13) sobre a acusação, publicada em um domingo, dia 10 de junho de 1992. Em uma análise da cobertura prestada pela imprensa brasileira ao caso, Maria José Alfaro Freire, (2019) identifica que, na maioria dos vezes, a notícia é permeada de posturas claramente anti-indígenas,



que facilmente se deslocam da pessoa de Paulinho Paiakan e se dirigem aos Kayapó, descritos como um grupo privilegiado financeiramente e a todos os povos indígenas. Partindo, portanto, de uma argumentação reducionista e generalizadora, busca-se desqualificar não apenas os povos indígenas enquanto coletivo, mas também o movimento ambientalista.



Figura 12 - Capa da revista Veja (10/06/1992) que traz o rosto de Paiakan e acusação de estupro contra uma mulher não indígena. Fonte: Site Ciência e Cultura - UFBA

Freire (2019), destaca ainda o sensacionalismo das matérias analisadas. De acordo com a autora, é possível identificar uma ênfase na construção de um contraponto radical entre a docilidade da vítima e a selvageria do “cacique” rico. Representações preconceituosas são mobilizadas por meio da associação da acusação e de todos os Kayapó, com a ideia de primitivismo e canibalismo. Para isso são evocados termos como “sessão de tortura”, “inferno”, “jornada de horror”, “história de arrepiar”, “parecia que tinham sangrado um animal lá dentro” (do carro em que teriam se desenrolado os fatos denunciados), “ritual demoníaco”, tudo referendado pelas “vozes de autoridade”: médicos e policiais (Freire, 2019, p. 64-65).

Continuando sua análise, Freire mostra que quando saem novos laudos desestruturando os pontos mais dramáticos, esse fato recebe pouca ou nenhuma atenção dos mesmos veículos que ofereceram ampla divulgação da versão inicial (Freire, 2019, p. 121). Sem a mesma proporção, são apresentados novos indícios que negam a presença de mordidas “canibalescas” e reduzem o ritual macabro, que teriam gerado tamanho sangramento para uma versão que fala em lesões abrasivas e contundentes espalhadas pelo corpo (p. 122).



A autora de *A construção de um réu: Paiakã e os índios na imprensa brasileira* Freire (2019) dedica um subtópico de seu livro para analisar a repercussão da imprensa sobre a questão do relacionamento interétnico em Redenção no momento da acusação contra Paiakan, explicando que os conflitos já existiam e são potencializadas, elevando a tensão social. Houve manifestações dos Mebêngôkre-Kayapó na cidade, diante do fórum, em defesa de Paulinho Paiakan. Por outro lado, a população teria organizado uma manifestação com faixas de teor racista, emblemáticas da posição histórica de confinamento de indígenas e, mais uma vez, destilando a revolta contra a presença dos autóctones de forma geral. “Lugar de índio é na aldeia e de estuprador é na cadeia, dizia um dos cartazes da manifestação” (Gondim, 1992c, p. 15 apud Freire, 2019, p.128). Com base nas informações disponíveis nas reportagens, Freire (2019) sugere ainda que havia uma conotação política local, por trás da incitação da população. O responsável seria um político oponente do então prefeito, Luiz Vargas. A autora destaca um trecho do texto publicado no *O Estado de São Paulo*:

“[...] o vereador Pedro Tindô (PDC), candidato a prefeito, instiga os ânimos contra os caiapós. Foi ele quem promoveu a passeata contra a violência em Redenção, na quarta-feira, em apoio à estudante Sílvia Letícia. Ontem, o vereador solicitou à câmara uma moção de repúdio ao prefeito Luiz Vargas, que ainda não foi à votação, por suposto apoio ao líder indígena.” (Turcato, 1992c, p. 14 apud Freire, 2019, p. 130).

Independentemente da busca por elementos comprobatórios de culpa ou inocência o que se coloca em questão é o tratamento dispensado ao sujeito que detém os rótulos de indígena/rico/ambientalista diante da situação em questão. Chamar atenção assim, para todo o contexto já apresentado, buscando identificar a vasta gama de interesses que permearam o caso.

O próprio Paulinho Paiakan, diz ter entendido “que não era acusação de estupro, e sim uma acusação política de um crime que eu realmente não cometi. Com o tempo, eu comecei a entender direitinho como o homem branco monta o esquema para prejudicar os outros” (Paiakan, 2006). Absolvido em primeira instância, recebeu a condenação a 6 anos de prisão, que cumpriu em regime domiciliar. Depois voltou a frequentar os espaços de reivindicação e defender a união entre os povos indígenas como maneira de vencer as lutas impostas.

Em 2016, Paiakan foi eleito presidente da Federação dos Povos Indígenas do Pará – FEPIPA. Durante sua trajetória, alimentou o sonho de criar a Universidade Kayapó, dentro da T.I. Kayapó, como forma de perpetuar os conhecimentos tradicionais e a expertise do mundo não indígena. Era convicto da necessidade política de oferecer educação para as novas gerações. Inclusive, fez questão de prover o acesso das filhas à escola e depois, à universidade. Sempre na perspectiva de voltarem os saberes de sua área de formação para somar na luta pelo povo Mebengokré.

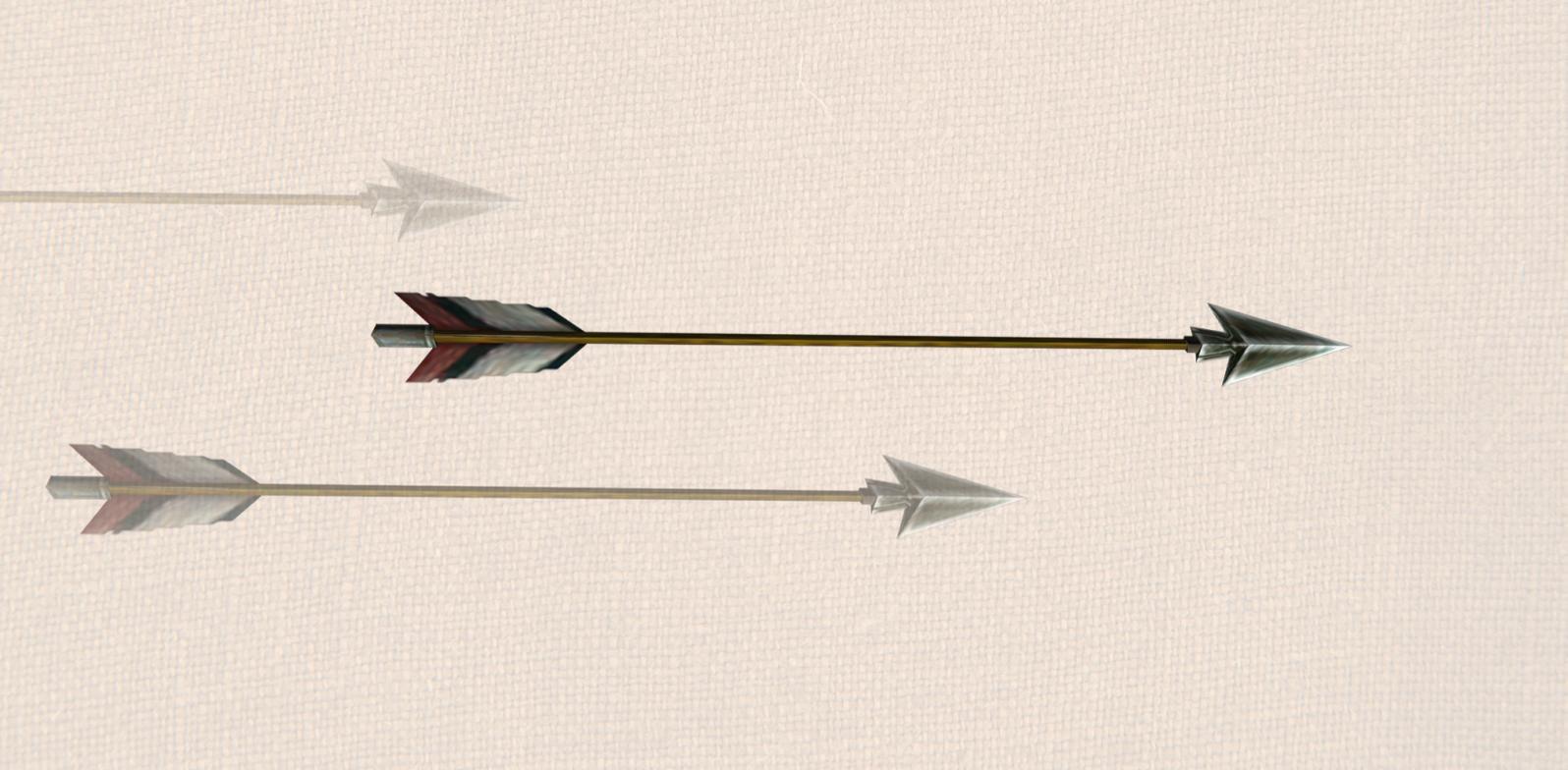
As filhas, seguem o caminho de ativismo em prol dos direitos indígenas, trilhado pelo pai. Tânia Paiakan cursou Biomedicina e trabalhou na saúde indígena, Maial Paiakan Kaiapó é bacharel em direito, foi candidata a deputada federal pelo Partido



Verde em 2022 e atualmente, exerce a função de assessora na FUNAI em Brasília. O-é Paiakan Kaiapó, por sua vez, é assistente social e exerce as funções de cacica e de coordenadora da Unidade Regional da FUNAI, sul do Pará, desde 2023.

Da mesma forma que Paulinho Paiakan viu seus “parentes” serem mortos por doenças, resultado do contato com a sociedade não indígena, foi vitimado por uma doença trazida por outro tipo de A-krare : o contato com a sociedade globalizada. Seu falecimento, no Hospital Regional Público do Araguaia, em Redenção – PA, trouxe grande comoção para o seu povo, lideranças de diversos movimentos e para a sociedade da região em que viveu. O sepultamento foi realizado conforme o ritual tradicional na Aldeia A-ukre, na TI Kayapó.

Finalizando esse breve recorte da trajetória de vida de Bep’Kororoti, retomo algumas das características desse líder indígena, elencadas pelo jornalista e ambientalista Felipe Milanez. Em texto publicado na revista Carta Capital (2020), Milanez destaca acreditar que o modo pensar de Bep’Kororoti teve um impacto positivo no sistema capitalista. Exemplifica isso citando a ideia de sustentabilidade que fundamentou a parceria com a empresa The Body Shop. Milanez destaca também a atuação Paiakan como funcionário da FUNAI. Seu esforço em ensinar a instituição a compreender os povos indígenas e o seu povo a lidar com entes governamentais. A mobilização ambientalista, como fundador de uma ecolítica e como um descolonizador do conhecimento e do poder, bem como o feito de levar os Mebengokre-Kayapó para postos antes improváveis, também são mencionados no texto entre as realizações do líder indígena. Os ecos desses impactos ainda podem ser ouvidos nas lutas dos que ficaram e espera-se que ressoem na voz dos que agora lerão o que está sendo escrito neste trabalho.



10 Segundo a mitologia Mebengokre-Kayapó, A-krare seria um pássaro que trouxe consigo as doenças para o mundo. Referencia: Lukesch (pagina 192 e 193)



Tuíre:

uma guerreira Kayapó

Como já foi dito, por tradição, na cultura Mebengokre-Kayapó os papéis sociais têm uma forte marcação de gênero. Nas representações míticas (Lukesch, 1976) ou no cotidiano da aldeia, as atividades aparecem divididas conforme uma determinada classificação etária ou de maturidade e diferenciada entre homens e mulheres. Essa divisão de gênero não significou uma menor presença feminina. Contudo, assim como a guerra, a relação com o exterior após o contato, sempre ficou muito a cargo dos homens. Eram os homens que acessavam a cultura dos chegantes, aprendiam português e negociavam.

Neste plano externo às suas comunidades, alguns antropólogos em diferentes contextos apontaram que havia uma predominância masculina nos papéis de liderança e na interlocução com outros grupos (sejam indígenas ou não). Nos trabalhos produzidos por esses autores, a agência e a organização femininas são percebidas, porém, se daria principalmente, no ambiente doméstico: na lida com as roças, o preparo de refeições, o cuidado com as crianças, etc.

Essa é uma realidade fluida e em constante transformação, em razão das mudanças que as sociedades promovem em suas formas de organização e também pela mudança de paradigma ao se interpretar os papéis sociais. Oliveira (2019), mostra que o lugar da nire Mebêngôkre-Kayapó junto ao seu povo, e à sociedade não indígena, tem outras faces. A autora explora a agência de diferentes mulheres Mebêngôkre-Kayapó, em papéis de liderança dentro das aldeias, no contexto regional, dentro de órgãos indigenistas, na articulação de outras mulheres indígenas e até como referência nacional e internacional no ativismo em prol dos direitos dos povos indígenas e das minorias.

Pessoalmente, presenciei uma manifestação contra a manutenção injusta da prisão de um indígena Mebêngokre-Kayapó, formada por um grupo grande de mulheres, que munidas com seus facões, ocuparam a porta do Fórum da Comarca de Redenção, entoando cantos e apresentando o instrumento com inclinação de luta. O acontecimento não se prolongou, em razão da disponibilidade em atender a reivindicação. O Fórum no período contava ainda com a presença de Maial Paiakan Kaiapó, que na época era estagiária da área do Direito em uma das varas. Ela contribuiu na intermediação do diálogo. A breve manifestação foi suficiente, entretanto, para instalar o medo entre a maioria dos servidores, que acreditavam ser iminente a invasão do prédio pelas manifestantes com suas “armas”. Naquele momento, o que mais chamava atenção era ver as mulheres com suas pinturas e seu canto agudo dominando a cena de confronto perante um órgão do Poder Judiciário, pois, o senso comum estabelecido na cidade era de submissão e timidez das mulheres Mebêngôkre-Kayapó.

Uma das interlocutoras da pesquisa de Oliveira (2019) foi Tuíre Kayapó, apresentada pela pesquisadora como cacica de sua aldeia e liderança reconhecida entre o seu povo, outros grupos e mesmo fora do contexto indígenas. Sua trajetória tem diversos aspectos dignos de nota, como sua origem familiar, atuação como ativista social e a eleição para o cacicado.

Segundo a autora, a cacica viveu até 1996 na aldeia Gorotire, onde nasceu. A partir de 1996, junto com outras famílias Gorotire, saiu para formar uma nova aldeia na região que habitavam antes do início dos projetos de ocupação não indígena, a partir dos



anos 1950. A aldeia ganhou o nome do antigo posto de atração do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), estabelecido na região na década de 1940 e que homenageava o Frei Bartolomeu de Las Casas. Esse se tornaria o nome da TI, homologada em 2009. Hoje, em função de cisões, Tuíre e seu marido, Dudu Kayapó, moram em outra aldeia, dentro da mesma Terra Indígena.

Em seus relatos, Tuíre menciona a ascendência de líderes entre os Mebengokre-Kayapó, pois, seus avós e tio maternos e paternos teriam sido caciques e ela cresceu observando-os nas funções em prol da coletividade (Oliveira, 2019). Conta que o tio a treinou de forma que ela estava pronta para substituí-lo, pois, já tinha essas vivências começando com movimentos dentro das aldeias e como líder de mulheres. Portanto, essa atuação à frente dos seus pares seria parte do seu cotidiano e acontecia com naturalidade. Sem dúvidas, para o mundo externo às aldeias, a presença de Tuíre é notada a partir de sua participação no I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, na cidade de Altamira – PA, que tinha como objetivo, chamar a atenção para a luta contra a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Xingu .

Sobre o encontro, Tuíre contou em entrevista concedida para Oliveira (2019) com tradução de O-é Paiakan Kayapó, que:

“Foi em Altamira. O que me motivou estar lá é que era um tempo de um governo tipo esse, onde falavam mal dos indígenas, falavam que iam fazer hidrelétrica para a água transbordar e matar todo o povo indígena, que o lixo ia chegar lá, para exterminar totalmente. Eu fiquei com muita raiva (...). Quando eu fui para Belém, o Paulinho Paiakan tinha feito uma cirurgia bem na véspera do movimento de Belo Monte e eu vi que ele precisava de mais força e ele, mesmo cirurgiado, ainda estava na luta, então isso me deu muita coragem, me motivou de estar lá também. Também lembrei de meus avós, da luta, da liderança e tudo isso me motivou muito a estar lá, eu me senti preparada e motivada para poder estar lá e lutar junto.” (Tuíre Kayapó, 16/09/2018, Redenção-PA in OLIVEIRA, 2019).

A participação de Tuíre nesse evento tomou proporções que seria difícil prever, pois, como descreve Lux Vidal (1990), para além do destaque dado a figuras de liderança já reconhecidas entre os povos indígenas e a sociedade em geral, como Paulinho Paiakan, Raoni Metuktire, Ailton Krenak e celebridades como o roqueiro britânico Sting, o ícone da luta socioambiental encabeçada pelos povos indígenas naquele momento, foi a jovem mulher que se levantou diante do então presidente da Eletronorte, Jose Antônio Muniz e protagonizou o gesto político que se tornaria emblemático para sua trajetória. Enquanto discursava efusivamente em sua língua, Tuíre meneava e encostou o habitual instrumento de trabalho nas roças, um facão, no rosto do engenheiro (Figura 14). Ela estava diante da plateia do ginásio e dos repórteres, que registraram as imagens e elas rodaram o mundo dando ainda mais evidência ao movimento em prol dos direitos dos povos indígenas e defesa do meio ambiente.

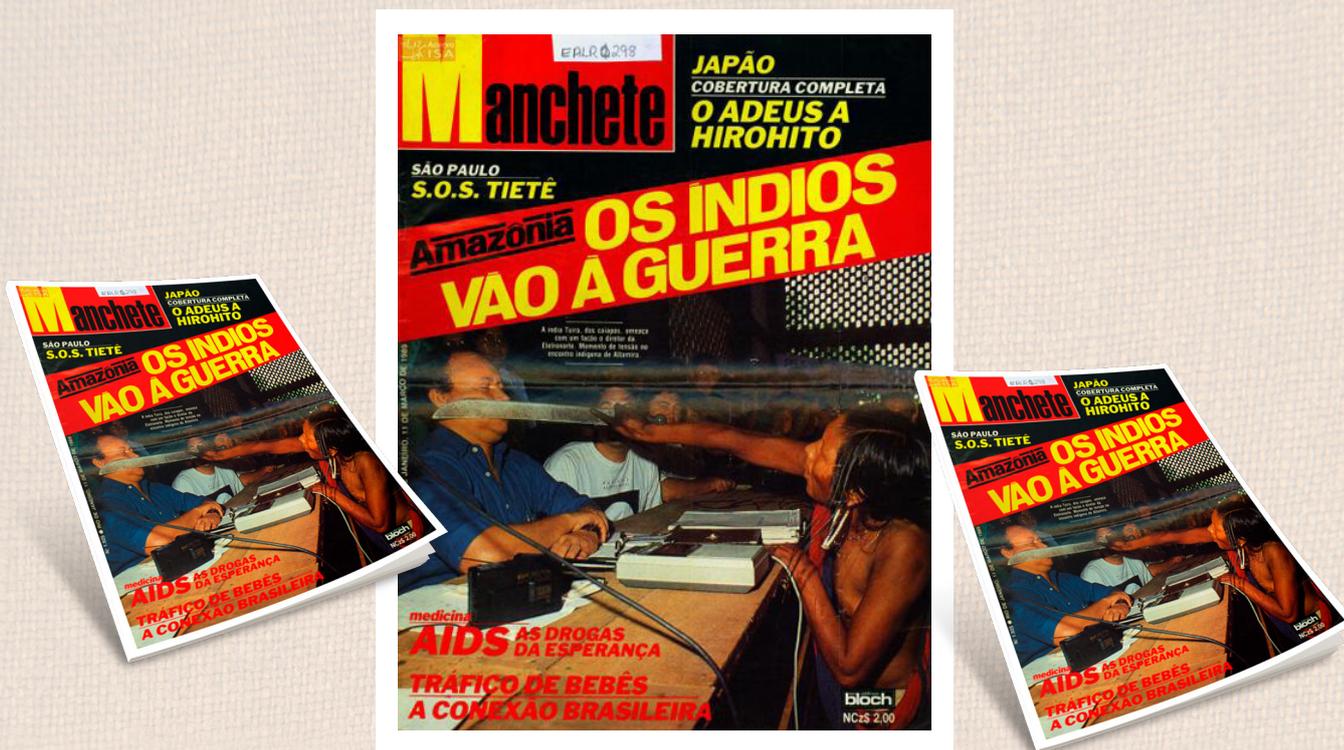


Figura 13 - Capa da Revista Manchete de Março/1989, mostrando Tuíre Kayapó durante o I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, 1989. Fonte: Acervo do ISA

Em entrevista concedida à Luciana Ferreira (2019), Tuíre conta que foi para o Encontro sabendo o que era necessário fazer, que se sentiu desrespeitada, teve raiva e reagiu. Afirmar ainda que não sente medo de nada: “Não tenho medo de morrer! Estou pronta para caçar, para lutar, para me defender e defender os meus!” Essa imagem mundialmente conhecida, de mulher aguerrida e até mesmo agressiva cultivada no imaginário popular, pode ser enxergada como mais um aspecto da agência ativada pelos sujeitos indígenas na luta por direitos.

É interessante perceber, que se Paulinho Paiakan lançou mão do domínio das línguas ocidentais como ferramenta de diplomacia em seu contato com o mundo não indígena, Tuíre lança mão de uma “estratégia” diferente. Seus pronunciamentos públicos, nos diversos episódios acessados para esta pesquisa, são sempre na língua Mebengokre-Kayapó e conseguem fazer transparecer claramente, pela entonação, expressão facial e gesticulação, o descontentamento. Em algumas situações, há um tradutor ou legendas nos vídeos que veiculam as falas de Tuíre.

A disposição de Tuíre para se posicionar diante de autoridades e exigir que ouçam a voz dos povos originários, pode ser observada também nos registros de sua participação em uma audiência na Câmara, durante o ATL (Acampamento Terra Livre), em 2019. Nessa ocasião ela se levantou para responder ao deputado José Medeiros, que defendia a abertura das Terras Indígenas aos grandes projetos de exploração. O deputado acima mencionado, um tempo depois, participou de um programa regional do Estado de Mato Grosso. Nessa ocasião, ao ser convidado a comentar o episódio, se refere à Tuíre como “malandra velha”, justificando que ela usaria da língua nativa apenas para montar um “show” para a imprensa, principalmente internacional. Observa-se que suas posições provocam reações de seus interlocutores, em alguns momentos, na tentativa de desqualificar seus embates.



Entre os moradores de Redenção, inclusive, pessoas que prestam serviços públicos que interessam aos moradores das Terras Indígenas, é comum ouvir que “a Tuíra é brava e desconfiada”. Contudo, as pessoas que a conhecem ou com ela convivem, como Oliveira (2019) e Ferreira (2019), descrevem-na como um personagem paciente, amigável e sorridente. Maria Alice Oliveira (2019, p. 24-25) presenciou uma manifestação que exemplifica o que está sendo apresentado:

“No ônibus que levava os indígenas para o local escolhido para a mobilização, vários cantos eram entoados por todos os Mebengokré, mas o clima geral era amistoso: tranquilo, com risadas e brincadeiras. Ao chegar ao local determinado como o da paralisação, a situação mudou. As mulheres imediatamente retiraram seus vestidos, e, vestindo calcinhas e sua pintura corporal, desceram do ônibus e cantavam forte acompanhando os homens. Tuire estava presente, com um facão que não tinha sido percebido antes por mim. As mulheres ficavam na linha de frente do cordão humano de isolamento. Seus corpos mais uma vez eram despidos para mostrar sua identidade, sem nenhum receio de serem vistas pelos milhares de não indígenas que passavam, fotografavam e acompanhavam a mobilização. Seus rostos contraídos demonstravam a seriedade do momento e a ameaça ao seu povo. Elas eram a minoria numericamente diante dos homens, mas sem dúvida sua presença era marcante e decisiva.”

Assim como no episódio diante do Fórum da Comarca de Redenção, a atitude das mulheres era parte de um esforço de externar o descontentamento, não sendo mostras definitivas de seu comportamento no dia a dia. Trata-se sim, da postura adequada para as batalhas encampadas no Movimento Indígena. Cabe ainda comentar que essas duas faces das mulheres Mebêngôkre-Kayapó foram observadas nas líderes que colaboraram com a pesquisa de Oliveira (2019): a disposição para a luta e para o cuidado com a coletividade, chegando a apontar que a mulher desempenha a liderança com conhecimento profundo das necessidades de suas famílias e das aldeias, pois, estão dia após dia vivendo-as, ouvindo e falando aos seus pares, portanto, conhecem as lutas que precisam ser encabeçadas nas trincheiras do movimento indígena (figura 14).

12 Vídeos disponíveis no youtube: https://www.youtube.com/watch?v=iW4kGb_Je1Y, manifesto pelo dia do índio; <https://www.youtube.com/watch?v=1K7HhHrmAZE>, em protesto contra a nomeação política no DSEI; <https://www.youtube.com/watch?v=ELFyK374DsE>, em manifesto pela manutenção dos territórios demarcados para os Mebengokre-Kayapo; https://www.youtube.com/watch?v=Td_s6aoepZA, fala em roda de conversa durante a Aldeia Multiétnica de 2019.

13 O fato relatado está registrado no vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=qgyonceeM2M>

14 Apesar de seu nome ser Tuíre, a partir do episódio de Altamira, a mídia grafou com “A” no final, sendo mais reconhecida por essa alcunha.



Figura 14 - Tuire Kayapó fala em Brasília, durante o Acampamento Terra Livre, 2018. Fonte: Acervo ISA.

Décadas depois da participação de Tuire no Encontro em Altamira, muitas transformações já são avistadas nas relações de gênero dentro das sociedades indígenas do Brasil. Entre os Mebêngôkre-Kayapó, ela não é a única cacica que lidera uma aldeia. Mas, a capacidade das mulheres Mebêngôkre-Kayapó de se posicionar, criticar, demandar etc., fora do contexto de suas aldeias, ainda é vista com surpresa, como constata Oliveira (2019). A articulação e presença feminina no movimento indígena tem se mostrado cada vez mais forte, com espaço para plenárias específicas dentro do movimento de abrangência nacional Acampamento Terra Livre e outros.

A título de exemplo, menciono a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que reúne mulheres indígenas de todos os biomas do país, que se juntam nas lutas pela garantia dos direitos indígenas. Em 2023, a Marcha das Mulheres Indígenas teve sua 3ª edição e levou cerca de 8.000 mulheres de mais de 247 povos a marcharem no dia 13 de setembro, em Brasília. As manifestantes reivindicaram atenção para temas como reflorestamentos, emergência climática, violência de gênero, educação, entre outros. Temas, portanto, que são do interesse não apenas dos povos originários, mas, da coletividade, sobretudo, os mais carentes, pois, como declarou Tuire Kayapó: “um bēnjadjwyr de verdade tem que ter um olhar como um todo, tem que cuidar da população (Oliveira, 2019, p. 95). E independente do título, é isso que ela tem sido: uma verdadeira liderança que vê a continuação do seu ativismo no futuro, nas sobrinhas e netas (Oliveira, 2019, p. 96). Durante a entrevista, fez planos para sua velhice:

Futuramente, quando eu ficar bem velhinha, eu vou ficar no meu cantinho e quero que tenham outras mulheres para dar continuidade, como o exemplo da Maial, que está em Brasília, ou a Tânia e a Oé, que estão aqui, eu espero que uma delas esteja bem firme e forte para dar continuidade a mim, pois eu vou ficar bem velhinha para poder descansar e ter meu tempo. (Tuire Kayapó, 16/09/2018, Redenção-PA) (Oliveira, 2019, p. 123).



No momento que esse texto está sendo escrito, a guerreira Kayapó enfrenta um tipo diferente de batalha pela sua existência. Tuíre tem se submetido a tratamento contra um câncer, sobre o qual não conseguimos maiores informações. O tratamento a tem obrigado a permanecer longos períodos fora de sua aldeia. Até aqui já vimos que seu legado foi construído com muita integridade e está solidificado pelo respeito e admiração dentro e fora do povo Kayapó, como uma liderança e uma inspiração para homens e mulheres, indígenas e não indígenas, como se observa na figura 15, em que uma criança empunha o facão durante manifestação.



Figura 15 - Crianças Mebengokre em protesto contra a municipalização da saúde indígena, São Félix do Xingu – PA, 2019. Foto: Palloma Moura. Fonte: Oliveira, 2019.

Na ocasião do Encontro dos Povos Mebêngôkre, convocado pela liderança histórica Raoni Metutkire, na Terra Indígena Capoto Jarina, em janeiro de 2020, Tuíre concedeu entrevista ao site Amazônia Real. Com tradução de O-é Paiakan Kayapó, falou como os Mebêngôkre-Kayapó se prepararam para continuar sua trajetória de lutas: “No passado, houve muitas guerras entre nós, mas hoje estamos todos juntos, deixando as divergências de lado... Nós lideranças temos muita responsabilidade porque somos o espelho para os jovens; é isso que buscamos aqui”. Ela reforça o projeto de união e de esperança no futuro através da continuidade de seu legado.

15 Com informações do Instagram @anmiga, acesso em 20/09/2023.

16 A reportagem completa pode ser lida em <https://amazoniareal.com.br/o-governo-nao-ira-nos-dividir-diz-lider-tuira-kayapo/>



Tabo Kayapó:

o vínculo de um povo com seu lugar



Figura 16 - Tabo Kayapó fala ao pública da Oficina de Sensibilização para a Temática Indígena-Redenção, 2023. Fonte: José Paulo Lopes Monteiro

Uma das categorias tratadas com destaque na BNCC, dentre as aprendizagens que devem ser garantidas pelas ciências humanas, aos jovens no ensino médio, está a ideia de Território. Esta foi definida no mesmo documento como sendo “uma categoria usualmente associada a uma porção da superfície terrestre sob domínio de um grupo e suporte para nações, estados, países” (Brasil, p. 564). Para Melo (2004), “além de ser uma realidade concreta e cotidiana, o território estaria subdividido em vários lugares que evocariam representações coletivas e sociais, além de possuírem uma dimensão afetiva para com os espaços que o território associa e multiplica” (p. 86), portanto, entende-se que é preciso pensar o território não apenas do ponto de vista físico, mas, trazer para os debates das ciências sociais a discussão da noção de território vivido e território usado e sua implicação política, pois existiria uma construção de vínculos entre o ser humano e o local que está inserido, acrescentando elementos humanistas nesta análise (Melo, 2004).

Para isso, analisar a questão da posse e usufruto dos territórios indígenas é, sem dúvida, uma maneira de construir entendimentos acerca de tais conceitos. Objeto das maiores disputas envolvendo os povos indígenas no Brasil, no passado e atualmente, o território de Redenção e região, assim como o restante do Brasil, é um espaço que originariamente já contava com intensa ocupação indígena.

Tabo Kayapó (figura 16), conta, em entrevista concedida para esta pesquisa, que não sabe ao certo quando nasceu. Foi registrado como tendo nascido em 15 de agosto de 1958. Todas as vezes que foi perguntado sobre sua origem, traz detalhes do território, descrevendo que nasceu às margens do Rio Vermelho, em um lugar chamado Casa de Pedra. Segundo ele, logo que começou a caminhar, a mãe o teria levado para a aldeia Gorotire. Conta suas experiências vivendo na aldeia e da intensa dedicação dispensada para aprender dia e noite com o avô e com o tio (o tio era cacique), prestando atenção e memorizando todos os ensinamentos que eles tinham, em uma época que nenhum deles sabia ler ou escrever.

17 Tabo também é conhecido no mundo não indígena como Pedro Aybi, mas, nos contatos estabelecidos, ele sempre se apresentou como Tabo Kayapó, por isso, este será o nome utilizado.



A relação com a terra tem um aspecto diferente na lógica Mebêngôkre-Kayapó e na lógica ocidental, predominantemente mercadológica. Melo (2004) ao analisar os vínculos existentes entre o coletivo Mebêngôkre-Kayapó e a área que hoje está demarcada como a Terra Indígena Las Casas, pondera que “o “lugar” está diretamente associado a eventos míticos que dizem respeito principalmente ao processo de transformação do mundo e da própria humanidade através da aquisição de conhecimentos centrais”(p.85), por esta razão, ocupar e manter certos territórios é tão importante para a continuidade de sua existência como povo. A autora conclui que

“o território de Las Casas possui uma importância singular e são múltiplos os vínculos estabelecidos com esse território. Como mostrei, os índios não somente acreditam que aquela região tem importância mítica, como também a percebem como locus de conhecimentos primordiais, já que acreditam que os saberes também se inscrevem no espaço” (Melo, 2004, p.85).

Nota-se que o território para a sociedade Mebêngôkre-Kayapó não se trata apenas de um recurso que, em sua tradição, oferece o alimento, o remédio e a socialização, mas, também é um elemento de manutenção da sua memória e história, pois, são “cenários em que aconteceram episódios de central importância para o pensamento e a organização social Caiapó” (Melo, 2004, p. 88).

Dentre tantas vivências de violência, a expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados segue sendo praticada usualmente contra diversos povos indígenas no Brasil. Mesmo depois de terem conquistado o reconhecimento legal do direito originário que possuem sobre os territórios que habitam, é comum a invasão por fazendeiros, madeireiros, caçadores e garimpeiros. A entrevista com Tabo Kayapó aconteceu alguns dias antes da votação no Supremo Tribunal Federal da tese do Marco Temporal . Assim, dentre outras coisas, Tabo fez questão de falar sobre a preocupação com a manutenção dos direitos conquistados a custo de muito esforço. Relatou que participou pessoalmente de muitos enfrentamentos na luta por direitos, como é o caso da demarcação da TI Las Casas, no município de Pau D’Arco-PA.

Tabo viveu na aldeia Gorotire até 1978, quando foi trabalhar com a FUNAI, auxiliando equipes do órgão em atividades relacionadas a abertura da Transamazônica. A partir daí morou em Altamira e depois em Belém onde aprendeu a língua portuguesa. Estudou o ensino regular e se qualificou em nível técnico como enfermeiro. Além disso, se dedicou a obter outros conhecimentos, como por exemplo pilotar. Trabalhou na área da saúde, em hospitais como a Santa Casa de Misericórdia de Belém. Em 1985, foi

18 Marco Temporal, conforme a definição encontrada no Portal da Câmara dos Deputados, é uma tese jurídica, segundo a qual, os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 05/10/1988, data de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. Os povos indígenas, através de suas manifestações, discordam, pois entendem que alguns territórios não estavam sendo ocupados em razão de terem sido expulsos. A tese foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal em 21/09/2023, mas, segue em evidência por discussões estabelecidas no âmbito do poder legislativo.



aprovado em concurso público, se tornando servidor de carreira da FUNAI e continuou a prestar serviços como profissional da enfermagem.

Acerca de suas vivências como estudante na cidade, conta que precisava se desdobrar para aprender a língua e conseguir acompanhar o que era ensinado. Conta que chegou a passar noites em claro repetindo termos e palavras novas, para que as aulas fizessem sentido. A experiência de Tabo nos remete, portanto, a um dos desafios a que alunos indígenas podem ser submetidos quando inseridos em escola regular, com uma realidade cultural totalmente diferente.

Tabo conta também que acumulou experiência trabalhando no Amazonas, onde teria vivenciado diversos episódios de malária e enfrentou junto com os “parentes” que eram atendidos pela sua equipe. Depois, esteve trabalhando em Brasília e em Goiânia, retornando para Redenção, em 1997, onde exerceu a função de gestor da unidade local da FUNAI. Sua transferência se deu para atender uma situação de emergência na Administração Regional – ADR de Redenção, onde havia conflitos graves entre os Mebêngôkre-Kayapó e os gestores. Em seu trabalho, Cassio Sousa (2000) relata o contexto e a solução apontada pela gestão em Brasília: “Ao invés de Administração Regional, a FUNAI de Redenção passa a ser apenas um Núcleo de Apoio, diminuindo suas funções, dotação orçamentária e poder decisório, sendo que seu chefe passa a ser um Kayapó Gorotire: Tabô Kayapó” (p. 170).

A experiência de gestão durou aproximadamente um ano por volta de 1997 a 1998 e foi a oportunidade para Tabo articular a concretização de um sonho antigo: retomar as terras que se acercavam de onde funcionou um antigo Posto de Atração do SPI, nomeado Las Casas, nos anos 1940, e onde se estabeleceu uma aldeia Mebengokre-Kayapó. Essa área foi no passado habitada pelos Irã-amranhre, grupo extinto após o estabelecimento de contato pacífico com sociedade não indígena que se lançava sobre os territórios da região dos campos do Pau D’arco, a partir do final do século XIX. Em 1940, Nimuendaju teria encontrado cerca de 30 remanescentes, contudo, não se fala mais em Irã- amranhre na região (Moreira Neto, 1982). Tabô trouxe um relato a respeito de como teria se dado o massacre que findara com o grupo:

“Diz que era um padre que estava banhando no rio, aí o indígena foi lá né? Nem sabia que os padres estavam lá banhando, e o padre entrou na água e sumiu. Aí o pessoal diz que foi o índio que mataram ele, foram e envenenaram, e dessa raça acabou tudo. Raça que se chamava Irã-amranhre, aí acabou tudo, aí os Kayapós ficaram” (Entrevista concedida em Redenção-PA, dia 14/09/2023).

O Posto de Atração foi instalado na região com o objetivo de pacificar outros grupos indígenas que ainda ofereciam resistência ao avanço da cultura agropastoril, principalmente os Xikrin e os Gorotire. O avanço dos criadores de gado e fatores inerentes à própria cultura e cosmovisão Mebêngokre acabaram resultando em um



afastamento das famílias da região de Las Casas. Algumas delas foram para o território que hoje é a Terra Indígena Kayapó.

Melo (2004) detalha como iniciou o caminho que levou ao projeto de retorno de algumas dessas famílias e ao processo de retomada de parte da área e sua demarcação como Terra Indígena, e traz Tabô novamente para a narrativa:

Uma vez estudante em Belém do Pará, Pedro pôde ter acesso à documentação do SPI, descobrindo dados interessantes sobre os antigos Postos Indígenas que funcionaram no Estado do Pará (ou na “IR2”, isto é, na 2ª Inspetoria Regional). Nos arquivos, localizou documentos que versavam sobre Las Casas e que despertaram sua atenção. No final dos anos de 1970, Pedro terminou seus estudos secundários e voltou a viver na área indígena Caiapó. Nessa época conversou novamente com seu pai sobre Las Casas, buscando maiores esclarecimentos sobre a vida dos Caiapós na época do Posto de Atração. Ambos decidiram empreender uma expedição ou trekking para a área, o que demorou vários dias, e foi neste momento em que conheceu o local em que existiu a antiga aldeia de Las Casas... Desde então, Pedro acalentou o desejo em retomar tais terras. Todavia, foi somente em 1995 que conseguiu reunir parte das condições necessárias para tanto (MELO, 2004, p.39 e 40)

Tabo descreve esse episódio da travessia que fez na companhia do pai, mencionando que passou pela área em que hoje está a cidade de Redenção. Conta que tem memórias que são anteriores à formação da vila, ao início da povoação não indígena e ao movimento do garimpo e extração de madeira. Essas transformações foram observadas por Tabo entre as idas e vindas para casa, enquanto trabalhava fora, nos anos 1970:

“Aí em Redenção não tinha nada. Aí eu vim de pé para esse lugar aí e passei quatro meses lá e depois voltei de pé de novo. Aí fui pra longe, fui embora. Aí quando eu voltei de lá em 76/77, foi quando eu voltei já estava começando o movimento, movimento de garimpo, madeira, aí as pessoas vem chegando, aí o movimento grande, entende?” (Tabo Kayapó, entrevista concedida em 14/09/2023, Redenção-PA).

Tabo lista os desafios que enfrentou para conseguirem a demarcação da TI Las Casas e que contou com o apoio de antropólogos e de algumas famílias que aceitaram migrar desde Gorotire, mediante algum esforço de convencimento. Em alguns

20 A autora teve contato com Tabo Kayapó na ocasião que coordenou o Grupo Técnico (GT) de Identificação da Terra Indígena Las Casas, constituído pelas Portarias n. 992/PRES, de 6 dez. 2001 e n. 1051, de 19 dez. 2001, em que atuou como coordenadora. No trabalho resultado dessa experiência, é utilizado o nome não indígena e ele é identificado como Pedro.



momentos, ele conta que as pessoas não acreditavam na possibilidade de ter a terra demarcada já que se passaram tantos anos desde a ocupação não indígena. Contudo, ele se manteve confiante e acompanhou passo a passo o processo, desde o estudo antropológico. A esta altura não era mais gestor local, mas, colaborou com o Grupo de Trabalho da FUNAI, depois, atuou na articulação política tanto a nível estadual, como federal para conseguir o apoio necessário. Em 22 de dezembro de 2009 a TI foi homologada. Hoje ela é habitada por cerca de 409 pessoas, que vivem nos campos onde viveram os seus ancestrais. Inclusive, Tabo com sua família.

Ele declara o prazer que sente ao voltar para a aldeia e caçar, pescar e sentir o vento e o silêncio que não tem na cidade, inclusive, não tem planos para ficar na cidade depois da aposentadoria. Pretende continuar morando na aldeia. Em sua fala, Tabo reflete sobre a mudança na realidade para os povos indígenas. Explica que hoje vivem presos em espaços muito menores de terra, não tem mais a liberdade que tinham antes de andar a pé pelos matos. Assim, não podem mais serem ensinados pelos mais velhos em longas caminhadas. Ocasões em que, dentre outras coisas, aprediam a identificar os remédios certos, ou aprendendo a sobreviver na mata.

Um detalhe que merece observação sobre a história de Tabo e que dá testemunho de sua ligação com a terra é a habilidade como conhecedor de plantas medicinais e especialista em plantas para tratar picada de cobra. A obra *Mebêngôkre nhõ pidjy: remédios tradicionais Mebêngôkre-Kayapó*. Pesquisas colaborativas sobre plantas medicinais nas aldeias Las Casas (TI Las Casas) e Moikarakô (TI Kayapó) – PA, (Ferreira, Garcés, 2020), que traz Tabo Kayapó como um dos autores (figura 17), apresenta a experiência de pesquisa e um catálogo com 64 plantas medicinais conhecidas e utilizadas pelos Mebêngôkrê-Kayapó. Além de documentar e registrar esse conhecimento, o livro se destina também aos profissionais não indígenas que atendem programas de saúde indígena, especialmente no DSEI Kayapó.



Tabo Kayapó

Raizeiro, especialista em remédios contra picadas de cobra. É também servidor da Funai, exercendo suas atividades na Coordenação Técnica Local deste órgão em Redenção -PA. Com 62 anos de idade, é reconhecido como grande liderança da aldeia Las Casas, onde mora desde a retomada desse território. Nasceu na aldeia Gorotire.

Figura 17 - Tabo Kayapó no livro sobre conhecimentos tradicionais Mebêngôkre-Kayapó acerca do uso medicinal de plantas. Fonte:Ferreira, López-Garcés (2020).



Para a pesquisa, Tabo e outros especialistas em práticas tradicionais de cuidados em saúde dividiram com as pesquisadoras a experiência de cultivo de inúmeras espécies medicinais de maneira tradicional, isto é, espalhadas pelo quintal (kikre bunum), compartilhando o espaço com árvores, arbustos e herbáceas alimentícias, condimentares e ornamentais. Sobre o conhecimento tradicional, Tabo explica que

“Nós, Mebengokrê- Kayapó temos muitos tipos de especialistas em cuidados das pessoas, mas também de animais e plantas e temos muitos remédios para cuidar de tudo isso. Tem pessoas que desde pequenos vão conhecendo raízes, através do tio, do avô, do pai e vão aprendendo como tratar. Kuben chama raizeiro, outro chama pajé, outra é parteira que é o conhecimento da mulher...” (Ferreira, López-Garcés, 2020)

Esse aspecto da trajetória de Tabo dá ainda mais sentido para seu interesse e dedicação em manter os territórios tradicionais, pois, neles estão os remédios que ele conhece muito bem o valor para a manutenção da vida dos Mebêngôkre-Kayapó .

Diante da realidade atual, dos ataques aos direitos indígenas, das lutas contra o preconceito na sociedade, ele relembra que no Brasil e em Redenção, as pessoas vieram de fora e levaram as riquezas. Exemplifica que os colonizadores deixaram a língua portuguesa e levaram minérios, aqui, até hoje os não indígenas continuam levando ouro de garimpos em terras indígenas, alguns enricaram através dessa atividade e deixam apenas a degradação ambiental, enquanto, os indígenas não ficam com nada. Se mostra preocupado em especial com a questão das novas fronteiras agrícolas, como as plantações de soja que crescem exponencialmente na região, lançando agrotóxicos sobre os rios e o solo de uso comum, matando os peixes, “expulsando” pequenos produtores. Tabo não se fecha nos interesses de seu próprio grupo, mas, comentando sobre a expansão do cultivo de soja, reforça que o prejuízo desse tipo de lavoura é para indígenas e não indígenas. Segundo ele, “fazendeiro vem toma conta...não só [do território] indígena não, (...) vão pegar o pessoal mais fraco, e tira a pessoa fraco e pra onde essa pessoa vai? Não tem lugar aqui na cidade, não aonde que ele vai?” (Tabo Kayapó, entrevista concedida em 14/09/2023, Redenção-PA).

Outra angústia que revelou foi o uso sem controle de tecnologias como os celulares (subentende-se que ele se refere ao acesso imoderado de sites na internet, uma vez que se queixa que isso estaria deixando as pessoas sem foco) e a adicção em drogas, não especificando se era uma preocupação específica para a realidade indígena ou geral.

São inquietações muito legítimas quando se pensa na continuidade de uma comunidade com seus aspectos culturais, olhando para o passado violento do nosso país e consciente das continuidades do presente. Atento a essas questões, Tabo fala sobre a própria descendência e conta que os filhos e netos estão estudando e trabalhando. Um

²¹ Essas informações sobre o conhecimento de plantas não consta do material entregue aos estudantes durante as oficinas relatadas no capítulo 3, pois, só foram acessadas em momento posterior.



dos filhos está cursando direito em uma universidade particular em Redenção e outros dois são profissionais da Educação atuando dentro de aldeias.

O acesso à educação e letramento na cultura não indígena, aliás, tem se mostrado como uma importante ferramenta de resistência e sobrevivência para os povos indígenas, o próprio entrevistado, ao se apropriar do conhecimento ocidental, voltou-se para o seu povo e trabalhou para a garantia de acesso aos seus direitos. Continua trabalhando para isso, tanto como funcionário da FUNAI quanto como cidadão consciente das nossas responsabilidades com os outros e com o meio ambiente.

Cabe, portanto, aos profissionais da educação básica em qualquer instituição de ensino, estar municiado de conhecimento multicultural e respeito aos povos originários para contribuir com um projeto de educação que seja eficiente no combate aos preconceitos e na garantia de direitos e, principalmente, oferecer para os estudantes não indígenas o acesso contrário: o contato com a história e a cultura indígena a compreensão de sua pluralidade, promovendo sua valorização e respeito (Brasil, 2018). Estamos convencidas de que o uso de trajetórias de vida como fonte para o ensino de história será uma alternativa viável e eficiente para uma prática que promova a desconstrução das imagens generalizadas e preconceituosas dos povos indígenas, ainda presentes entre os não indígenas.





INÍCIO

LEIDIANE RAMOS DE AZEVEDO

*História indígena e história local a partir de histórias
de vida: roteiro para sequência didática*

XINGUARA - PA 2024.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Conteúdo liberado e reprodução total ou parcial deste ebook, desde que devidamente realizados os créditos à autora e ao material.
O conteúdo deste ebook é extremamente educativo..

